



GAIGERCO

GRUPO DE AÇÕES INTEGRADAS EM GERENCIAMENTO COSTEIRO



PORTO SEGURO (BA) / VITOR ALBERTO DE SOUZA (2015)



TED 001/2018
Universidade Federal de
Santa Catarina/Secretaria de
Coordenação e Governança
do Patrimônio da União

RELATÓRIO TÉCNICO

PRODUTO 2.4

Resultados dos cinco
Seminários Setoriais Online para
Atualização e Aprimoramento dos
Manuais do Projeto Orla

RELATÓRIO TÉCNICO

Florianópolis
2020



GAIGERCO
GRUPO DE AÇÕES INTEGRADAS EM GERENCIAMENTO COSTEIRO



Este relatório foi desenvolvido pelo Laboratório de Gestão Costeira Integrada (LAGECI/UFSC), pelo Grupo de Ações Integradas em Gerenciamento Costeiro (GAIGERCO/FURG) e pelo Laboratório de Ecologia e Gerenciamento de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos (LEGECE/UFPE), atendendo ao

Termo de Execução Descentralizada SPU 01/2018

(D.O.U de 24/09/2018 | Edição: 184 | Seção: 3 | Página: 114)

SUMÁRIO

Apresentação	6
Metodologia	8
Resultados	11
3.1. Os Seminários Setoriais	11
3.1.1. G17 e SPU/UF	11
3.1.2. Instrutores do Projeto Orla	14
3.1.3. Municípios	16
3.1.4. Ministério Público Federal (MPF) e Ministérios que Compõem o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)	19
3.1.5. Pesquisadores	21
3.2. Problemas e Sugestões obtidas via Formulário Google	23
3.3. Percepções compartilhadas	27
3.4. Percepções divergentes	27
Considerações Finais	29
Referências	31
APÊNDICE I: Apresentação-resumo com as principais atualizações e aprimoramentos previstos para o Projeto Orla	33
APÊNDICE II: Relatório das contribuições recebidas via Google Formulários ...	70
APÊNDICE III: Convite realizado pela equipe do Projeto ao G17 e SPU/UF	73
APÊNDICE IV: Convite realizado pela equipe do Projeto aos Instrutores do Projeto Orla	76
APÊNDICE V: Convite realizado pela equipe do Projeto aos representantes de Municípios costeiros	86
APÊNDICE VI: Convite realizado pela equipe do Projeto ao Ministério Público Federal (MPF) e Ministérios que Compõem o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)	90

APÊNDICE VII: Convite realizado pela equipe do Projeto aos pesquisadores/acadêmicos relacionados à temática de Gestão Costeira 95

APÊNDICE VIII: Contribuições vindas via Google Formulários 99

ANEXO I: Ofício de convite feito pela Coordenação de Gestão de Bens de Uso da Administração Pública (Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Ministério da Economia) 105

Apresentação

O projeto intitulado “Subsídios para avaliação da transferência da gestão das praias marítimas urbanas aos Municípios” tem como objetivo o desenvolvimento de produtos para qualificar e avaliar o processo de transferência da gestão das praias marítimas aos municípios costeiros que aderiram ao Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas (TAGP), conforme previsto no Art. nº 14 da Lei Federal nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, nas Portarias nº 113, de 12 de julho de 2017, e nº 44, de 31 de maio de 2019, da Secretaria da Coordenação de Governança do Patrimônio da União e na Ação nº 7 do IV Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC 2017-2019).

Em atendimento à meta 2 do TED SPU nº 001/2018, firmado entre Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e a Universidade Federal de Santa Catarina para o desenvolvimento do projeto, está sendo realizada a revisão dos “Manuais” e uma das etapas previstas é apresentar os resultados da revisão dos manuais e coletar subsídios para a redação final através de Seminários Setoriais.

Este documento refere-se ao Produto 2.4 - Uma oficina em regiões costeiras do Brasil (Sul, Sudeste e Nordeste) desenvolvido no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED 001/2018) firmado entre o então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (ao qual está vinculada à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU) e a autarquia federal, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Em virtude do estado de emergência em saúde pública em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Covid-19) o Produto 2.4 foi alterado em comum acordo entre a SPU e equipe, durante as reuniões virtuais e II Workshop Interno, considerando o sucesso do Curso Online para Instrutores (Meta 6 do TED).

As Oficinas de Trabalho foram desenvolvidas em formato de Webconferência com entidades governamentais e setores da sociedade civil organizada considerados estratégicos para a revisão desta base conceitual e metodológica do Projeto Orla, a saber: Grupo de Gestores Costeiros dos 17 Estados costeiros do Brasil (G17), Secretaria da Coordenação de Governança do Patrimônio da União (SPU/UF), Instrutores do Projeto Orla, Municípios costeiros, Ministério Público Federal (MPF) e Ministérios que Compõem o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), Universidades e Instituições de Pesquisa.

As Oficinas de Trabalho visaram atender à necessidade de ampliar a participação de instituições e grupos sociais na discussão das atualizações e aprimoramento do material que fornece a metodologia para o desenvolvimento do Projeto Orla. O material disponível, conhecido comumente como “Manuais do Projeto Orla”, consta de cinco fascículos elaborados por equipes multidisciplinares no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e publicados na sua última edição em 2012 (MMA 2004, 2005, 2006; NAKANO, Kazuo 2006). Em função dos diferentes contextos e períodos em que os manuais foram elaborados, entende-se que os

mesmos necessitam de atualização, tendo em vista, também, as mudanças na legislação de gestão de orlas e praias, além da necessidade de aprimoramento quanto à base conceitual e operacional da metodologia. Destaca-se também que se passaram 18 anos desde o início do Projeto de Gestão da Orla Marítima (Projeto Orla), que é referência no Planejamento Integrado da Orla e principal indutor da qualificação continuada proposta no Termo de Adesão previsto no Art.14, da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro 2015, ampliado significativamente pela MP 852, de 2018. Assim, se torna urgente a atualização dos manuais, da metodologia e da maneira de aplicação do Projeto Orla.

Além dos Seminários Setoriais, foi disponibilizado um link, por e-mail e durante os seminários, para o formulário na plataforma Google Formulários, pelo qual os participantes puderam contribuir por meio de comentários, críticas e sugestões.

O Produto 2.4 é composto por um relatório que descreve os resultados obtidos com a realização das Oficinas e aqueles constantes nos Formulários. Anexo a este produto encontra-se uma apresentação que resume as principais atualizações e aprimoramentos do Projeto Orla, com o conteúdo que foi abordado durante as Oficinas de Trabalho (Apêndice 1), além do relatório das contribuições recebidas via *Google Formulários*, até o dia 10 de novembro de 2020 (Apêndice 2).

Metodologia

O primeiro passo para a realização dos seminários setoriais foi a definição do público-alvo e roteiro. O público-alvo foi definido em reuniões conjuntas com a SPU/UF, assim como as datas de cada oficina. Dessa forma, as oficinas foram definidas com os seguintes públicos e datas.

SEMINÁRIOS SETORIAIS	DATA
G17 e SPU/UF	16/09/2020
Instrutores do Projeto Orla	30/09/2020
Municípios	07/10/2020
MPF, Ministérios e GI-GERCO	21/10/2020
Pesquisadores	27/10/2020

Os convites foram realizados pela equipe do Projeto, através do e-mail gestaodepraias@gmail.com (Apêndice 3, Apêndice 4, Apêndice 5, Apêndice 6, Apêndice 7). Para cada um dos grupos definidos foi criada uma lista de convidados e seus respectivos e-mails. Salienta-se que o convite para a terceira oficina foi encaminhado aos municípios costeiros pela Confederação Nacional de Municípios - CNM, com base na listagem disponibilizada pelo NUGEP, que considera os municípios que possuem o TAGP. Em cada convite foi anexado o Ofício de convite feito pela Coordenação de Gestão de Bens de Uso da Administração Pública (Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Ministério da Economia) (Anexo 1).

O primeiro Seminário Setorial foi direcionada ao Grupo de Integração dos Estados Costeiros (G17) do Brasil e aos membros das Superintendências da SPU nos Estados. O segundo Seminário Setorial foi direcionado aos Instrutores do projeto Orla. O terceiro Seminário Setorial foi dirigido aos municípios costeiros que já aderiram ao Projeto Orla e elaboraram os PGIs e também aos municípios que aderiram à gestão municipal de praias e terão que implementar o Projeto Orla conforme cláusulas do Termo de Adesão. Entretanto, não foi impedida a participação de municípios com interesse na temática que ainda não assinaram o TAGP e/ou elaboraram o Projeto Orla. O quarto Seminário Setorial foi direcionado aos profissionais que atuam no Gerenciamento Costeiro no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e representantes do Ministério Público Federal com atuação na área. Esse Seminário contou com a abertura realizada pela Procuradora da República do MPF Gisele Elias de Lima Porto Leite. O quinta e último Seminário Setorial contou com a participação de membros das Universidades, sendo direcionada para

pesquisadores e acadêmicos que possuem experiência e/ou trabalhos científicos relacionados ao Projeto Orla e Gestão de Praias.

Importante colocar também que para a participação nos Seminários Setoriais 03, 04 e 05 foi solicitado aos participantes, no ato do convite, a realização de inscrição antecipada na reunião através do link da plataforma ZOOM, devido ao número limitado de participantes e ao alto potencial de inscritos.

A equipe de organização e desenvolvimento das oficinas era composta membros da equipe do projeto e do NUGEP/SPU. As tarefas durante a oficina foram:

- Anfitrião: encarregado das funções operacionais da plataforma ZOOM, como admissão de participantes, permissão do uso do microfone e gravação da reunião;
- Moderador: incumbido pela condução da oficina, fazendo com que o tempo destinado a cada etapa seja cumprido com rigor;
- Palestrantes: responsáveis pela apresentação das modificações pensadas para o Projeto Orla e por responder as perguntas feitas pelos participantes;
- Monitor do chat: encarregado por orientar os participantes acerca de aspectos técnicos do chat e por incentivá-los a fazer perguntas;
- Sistematizador de perguntas: incumbido por reunir as perguntas, organizá-las e direcioná-las aos palestrantes;
- Guardião do tempo: responsável por controlar o tempo das etapas da oficina, auxiliando o moderador, e por controlar o tempo utilizado pelos participantes para dirigir suas perguntas e fazer suas contribuições nos momentos de microfone aberto;
- Relatoras: responsáveis por registrar as contribuições dos participantes e encaminhamentos das oficinas.

Os Seminários Setoriais foram realizadas ao longo dos meses de setembro e outubro de 2020, de maneira virtual através da plataforma Zoom, com aproximadamente 2 horas de duração. A dinâmica das Oficinas consistiu na apresentação das principais atualizações e aprimoramentos do Projeto Orla propostas, realizada por um moderador e pelos coordenadores do Projeto. Em seguida perguntas eram realizadas pelos participantes via *chat*, as quais eram compiladas pela equipe de apoio técnico da oficina. O moderador e os coordenadores do projeto, então, respondiam as perguntas e comentários, e por fim era realizado um momento de microfone aberto para que os participantes pudessem fazer comentários e sugestões. Em três oficinas (Municípios, MPF e Ministérios e Academia) foram realizadas enquetes a fim de mapear o público participante e seu envolvimento com o Projeto Orla.

Duas pessoas da equipe realizaram as relatorias das oficinas. Ao final de cada evento as relatoras se reuniam a fim de nivelar as anotações, salientando os assuntos mais abordados pelos participantes do Seminário Setorial, os quais foram sistematizados em grandes tópicos. Todas as falas dos Seminários foram transcritas e as discussões foram gravadas, objetivando o arquivamento da informação original. Foi realizada uma análise qualitativa das contribuições apresentadas durante os seminários setoriais utilizando-se da Análise de Discurso como pano de fundo metodológico. A Análise do Discurso trabalha com o sentido do discurso, ou seja, no contexto do TAGP e Projeto Orla buscou-se lacunas/problemas e sugestões relativas aos cinco manuais do Projeto Orla dentro do discurso dos Seminários. Através da Nuvem de palavras foi possível corroborar a análise qualitativa através da mensuração dos termos mais utilizados durante os Seminários, enfatizando o enfoque na atualização dos cinco manuais do Projeto Orla e nas lacunas/sugestões mais pontuadas.

A Análise do Discurso entende que não será descoberto nada novo, mas realiza uma nova interpretação ou uma releitura e uma sistematização com um enfoque. Essa análise qualitativa não se propõe a trabalhar com a forma e o conteúdo, mas busca os efeitos de sentido que se pode apreender mediante interpretação.

Um formulário (Apêndice 2) foi disponibilizado aos participantes para que pudessem enviar mais contribuições (comentários, críticas e/ou sugestões), tendo como prazo final de devolução o dia 09 de novembro de 2020. Além de ser disponibilizado no chat, o *link*¹ também foi enviado aos participantes das oficinas por correio eletrônico, através do e-mail gestaodepraias@gmail.com.

¹ https://docs.google.com/forms/d/1_9mTFnF60wkq113jMJNeMSKdK7OEqXfsPUhPXnL-1I/edit?usp=sharing

Resultados

Foram realizados cinco Seminários Setoriais com duração aproximada de 2 horas cada, com um total de 238 participantes. Observa-se, no entanto, que a lista final de participantes não foi inventariada.

- Seminário Setorial 1 - G17 e SPU/UF, com 68 participantes, convidados no Apêndice 3;
- Seminário Setorial 2 - Instrutores do Projeto Orla, com 47 participantes, convidados no Apêndice 4;
- Seminário Setorial 3 - representantes de Municípios costeiros, com 26 participantes, convidados no Apêndice 5;
- Seminário Setorial 4 - Ministério Público Federal (MPF) e Ministérios que Compõem o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), com 45 participantes, convidados no Apêndice 6, e;
- Seminário Setorial 5 - Pesquisadores/acadêmicos relacionados à temática de Gestão Costeira com 52 participantes, convidados no Apêndice 7.

Em todas os Seminários Setoriais uma equipe de cerca de 12 pessoas foi responsável pela organização do evento, contando a participação do NUGEP/SPU.

3.1 Os Seminários Setoriais

Salienta-se que os resultados apresentados aqui no relatório não representa necessariamente a opinião da equipe do projeto, tampouco da equipe NUGEP, mas apresenta somente os resultados dos trabalhos desenvolvidos durante os Seminários Setoriais e participação via formulário, disponibilizado aos participantes.

3.1.1 G17 e SPU/UF

As reflexões apresentadas pelos participantes deste seminário, por meio de falas com microfone aberto e comentários no chat estão resumidas aos seguintes tópicos e sistematizadas no Quadro 1.

- Falta de adesão dos municípios ao Projeto Orla (PO) e à dificuldade de implementação das ações previstas no Plano de Gestão Integrada (PGI);
- Responsabilidades das instituições nos níveis municipal, estadual e federal e à necessidade de maior fortalecimento da Comissão Estadual do Projeto Orla (CEPO);
- Pouco diálogo com outros dispositivos legais de ordenamento territorial;
- Etapas do Projeto Orla e como se pode garantir a participação social ao longo destas etapas.

Quadro 1: Sistematização em grandes temas das sugestões/problemas resultados do Seminário Setorial com o G17 e SPU/UF.

TEMA	PROBLEMA	SUGESTÃO
Adesão de municípios	Falta de incentivos e contrapartidas aos municípios	Elaborar estratégias de incentivo à adesão Esclarecer e divulgar o que é o Projeto Orla, como implementá-lo e quais benefícios traz aos municípios (melhorar 'propaganda institucional')
Diálogo com outros instrumentos de ordenamento territorial	Existem estados no Brasil com grande parte do litoral inserido em Áreas de Proteção Ambiental (APA). Como implementar o Projeto Orla? Necessidade de normativa que obrigue o PGI a ser considerado na elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM)	Promover maior interação com outros instrumentos (exemplo: Plano Diretor)
Fluxo de aprovação do PGI	-	Realizar audiência pública antes de enviar o PGI para a análise da CEPO/CTE Revisão e aprovação do PGI apenas pela CEPO; retirar avaliação da CNPO
Fortalecimento da implementação do PGI	Dificuldade de implementação do PGI	PGI deve ser instrumento de ordenamento territorial institucionalizado (tanto na esfera legal/normativa como em estrutura organizacional para coordenar a implementação do PO) Empoderar atores sociais, principalmente os que compõe o CS-PO, para que eles auxiliem a implementação do PGI independente da gestão do governo municipal

Continua...

...continuação.

Participação social	Falta de adesão da sociedade civil ao processo devido a falta de capacidade do Projeto Orla em resolver conflitos de uso e ocupação (regularização, terrenos de marinha)	Articulação com pessoas que habitam a orla (ribeirinhos, pescadores artesanais) e elaboração de estratégias que facilitem sua participação nas oficinas amplas
	Falta de equidade entre os representantes dos diferentes setores	
	Falta de consciência da população sobre a importância da participação no Projeto Orla	
Fluxo do Projeto Orla	-	Realização de oficinas setoriais (por segmento socioeconômico) anterior a Oficina I para definição dos representantes que participam do processo
		Realizar oficina intermediária (entre a Oficina I e a Oficina II) com a Coordenação Estadual do Projeto Orla para discutir as utilizações de imóveis da União estudadas na Oficina I e levar as propostas mais fundamentadas para a Oficina II
Diagnóstico	-	Deixar a elaboração do dossiê de informações da orla municipal sob responsabilidade do instrutor/moderador e ter a CTE apenas como revisora
		Ter o apoio/acompanhamento do Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA) e da prefeitura municipal na construção do pré-diagnóstico
Conteúdo e formato do PGI	-	Padronização na forma de apresentação do PGI, considerando as especificidades locais. O documento deve ser de fácil acesso e análise pela CEPO e sociedade. Enriquecido por figuras, mapas e que possam ser acessados por plataformas digitais
Manual	-	Elaborar um manual específico para gestores que aborde o TAGP e demais legislações relacionadas

Continua...

...continuação.

Responsabilidades

Esclarecer funções e responsabilidades das instituições dentro de uma mesma esfera (municipal, estadual ou federal)

Detalhar como os estados devem orientar os municípios na busca por recursos para a implementação das ações previstas no PGI

3.1.2 Instrutores do Projeto Orla

As reflexões apresentadas pelos participantes deste seminário estão resumidas aos seguintes tópicos e sistematizadas no Quadro 2.

- Esclarecimentos das responsabilidades dos instrutores e das diversas instituições associadas ao Projeto Orla (Ministério da Economia, SPU, Ministério do Meio Ambiente, Ministérios do Turismo, G17, EMBRATUR);
- Pouco diálogo do Projeto Orla com outros dispositivos legais de ordenamento territorial;
- Diagnóstico e áreas de planejamento.

Quadro 2: Sistematização em grandes temas das sugestões/problemas resultados do Seminário Setorial com os Instrutores do Projeto Orla.

TEMA	PROBLEMA	SUGESTÃO
Diálogo com outros instrumentos de ordenamento territorial	Como avançar solucionar conflitos territoriais: regularização fundiária diretamente liga com a SPU, PEM, Plano diretor, ZEE, plano de bacias resíduos sólidos e esgotamento sanitário	As reuniões setoriais prévias às oficinas setoriais podem ser espaços para abordar a interação entre o projeto orla e demais instrumentos de ordenamento territorial
	Manuais não buscam solucionar isso, são guias, podem traçar estratégias genéricas	
Fluxo de aprovação do PGI	PGI retornar da audiência pública com muitas alterações representa problemas na condução do processo de elaboração do PGI	Revisão e aprovação do PGI apenas pela CEPO, ou esclarecer de outra forma;

Continua...

...continuação.

Fortalecimento da implementação do PGI	Em caso de ausência de Comitê Gestor quando o contrato do instrutor termina, o Projeto Orla não tem continuidade	PGI deve ser instrumento de ordenamento territorial institucionalizado (publicar decreto municipal aprovando integralmente o PGI)
		Transformar PGI em lei, quando cabível para a realidade municipal
Participação social	Falta de participação e dificuldade na condução das oficinas	<p>Nas Oficinas a interação é primordial, o modelo presencial é incentivado. Mas pode-se aproveitar a tecnologia, promovendo oficinas virtuais, tendo-se um modelo híbrido</p> <p>Regras mais claras para as oficinas, como por exemplo o número de participantes, a responsabilidade do município nas mini oficinas setoriais por comunidades</p>
		Apresentação de técnicas de condução de processos participativos e técnicas de gestão de conflitos
Fluxo do Projeto Orla	Como funciona a revisão para municípios que já têm o PGI? Existe a necessidade de contratação de instrutor?	-
Diagnóstico	-	<p>O pré diagnóstico, que ocorre antes da 1ª oficina, precisa levar em consideração a participação da sociedade para solidificar os dados</p> <p>Concordância com as áreas de planejamento e pré-diagnóstico apresentadas no Seminário Setorial</p> <p>O georreferenciamento pode ser uma ferramenta bastante forte para a análise de paisagem</p>

Continua...

No pré-diagnóstico incluir também um pré-diagnóstico da estrutura que o município possui para o programa (desde a elaboração do PGI até sua implementação – ligada à estrutura organizacional)

Inserir no diagnóstico o Arranjo Produtivo Local (APL) existente na orla ou com potencial para tal

Manual

-

Tabela em anexo com material específico que contenha um "resumo" das funções/papéis dos instrutores, colocando aspectos gerais

Responsabilidades

Definir funções e responsabilidades no momento da contratação dos instrutores (atentar para o Edital e Termo de referência)

No caso de ausência da Coordenação Estadual, as Superintendências Regionais da SPU, devem adotar as responsabilidades

Os instrutores podem ser contratados para atividade facultativas (acompanhamento da implementação, revisão do PGI, etc)

Esclarecer os papéis da SPU, MTur, MMA, G17 e EMBRATUR

Outras sugestões

-

Criação de canal para divulgação de boas práticas no escopo do Projeto Orla, ativação do SISORLA

3.1.3 Municípios

No Seminário Setorial com os municípios costeiros foram realizadas quatro perguntas com objetivo de mapear o público participante. As perguntas realizadas, com respostas de múltipla escolha, foram: (A) O que melhor descreve você em relação a sua função no município?; (B) Você conhece o Projeto Orla?; (C) Você

conhece o Termo de Adesão de Gestão de Praias (TAGP)?; (D) Você participou da implementação do Projeto Orla ou TAGP no seu município? (Figura 1).

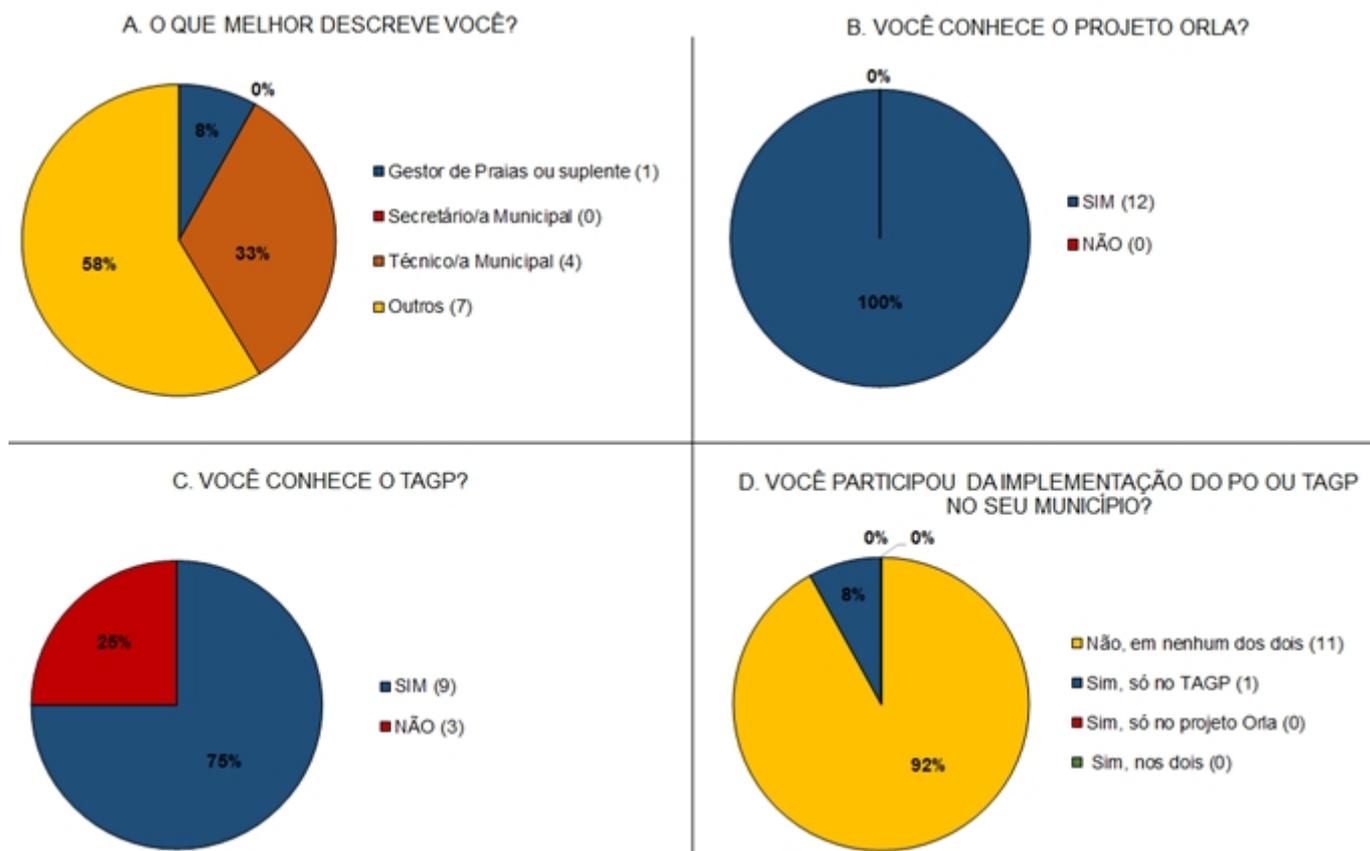


Figura 1: Resultados da enquete realizada no Seminário Setorial com os Municípios, a fim de mapear a experiência dos atores com o Projeto Orla.

Na pergunta A. *O que melhor descreve você?* a categoria Gestor de Praias ou suplente obteve 1 resposta (8%), nenhum participante se descreveu como Secretário/a Municipal, 4 (33%) participantes responderam a opção Técnico/a Municipal e a opção 'outros' recebeu 7 (58%) respostas. Na pergunta B. *Você conhece o Projeto Orla?* a totalidade dos respondentes da pesquisa (12) afirmaram que SIM. Em relação a pergunta C. *Você conhece o Termo de Adesão de Gestão de Praias (TAGP)?* 9 (75%) participantes responderam SIM e 3 (25%) selecionaram a opção NÃO. Sobre a implementação do PO (questão D) *Você participou da implementação do Projeto Orla ou TAGP no seu município?* 11 (92%) participantes responderam "Não, em nenhum dos dois", 1 (8%) participante respondeu "Sim, só no TAGP" e nenhum participante selecionou as opções "Sim, só no Projeto Orla" e "Sim, nos dois" (Figura 1). Foi possível observar que apesar da maioria dos participantes conhecer o Projeto Orla e/ou o TAGP a participação efetiva na implementação do PO foi baixa.

As colocações apresentadas pelos participantes estão relacionadas, principalmente, aos seguintes tópicos (Quadro 3):

- Responsabilidades das instituições na esfera municipal;
- Necessidade de interação entre a Coordenação Estadual e Comissão

Técnica do Projeto Orla (CEPO/CTE) e a Coordenação Municipal do Projeto Orla (CMPO);

- Necessidade de maior diálogo com outros dispositivos legais de ordenamento territorial e exemplos de boas práticas e possíveis problemas.

Quadro 3: Sistematização em grandes temas das sugestões/problemas resultantes do Seminário Setorial com representantes de Municípios.

TEMA	SUGESTÃO
Diálogo com outros instrumentos de ordenamento territorial	Fomentar a integração com outras políticas e planos municipais
Manual	<p>Deve citar a possibilidade de interação com outros instrumento de ordenamento territorial, como o plano diretor</p> <p>Fomentar a participação dos municípios no processo de revisão dos manuais (<i>feedback</i> da ponta)</p> <p>Pré-diagnóstico para subsidiar as Oficinas Participativas e Setoriais</p>
Responsabilidades	<p>CTE e CEPO devem estar em constante diálogo com a CMPO para garantir que o PO seja executado</p> <p>SPU e GT-CEPO/CTE devem prestar mais auxílio aos municípios</p>
Boas práticas	Comitê Gestor do Projeto Orla com periodicidade mensal de reuniões

Continua...

...continuação.

CEPO realizar seminário para incentivar os municípios a realizar a revisão do PGI

Comitê Gestor Municipal deliberativo estabelecido por decreto

3.1.4 Ministério Público Federal (MPF) e Ministérios que Compõem o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)

Neste seminário foram realizadas perguntas com objetivo de mapear o público participante. As perguntas realizadas foram: (A) Qual seu vínculo institucional?; (B) Você acompanha ou acompanhou o desenvolvimento de algum Projeto Orla (construção de PGI - Oficina)?; (C) Você atua ou atuou em ações relacionadas ao Projeto Orla? (Figura 2).

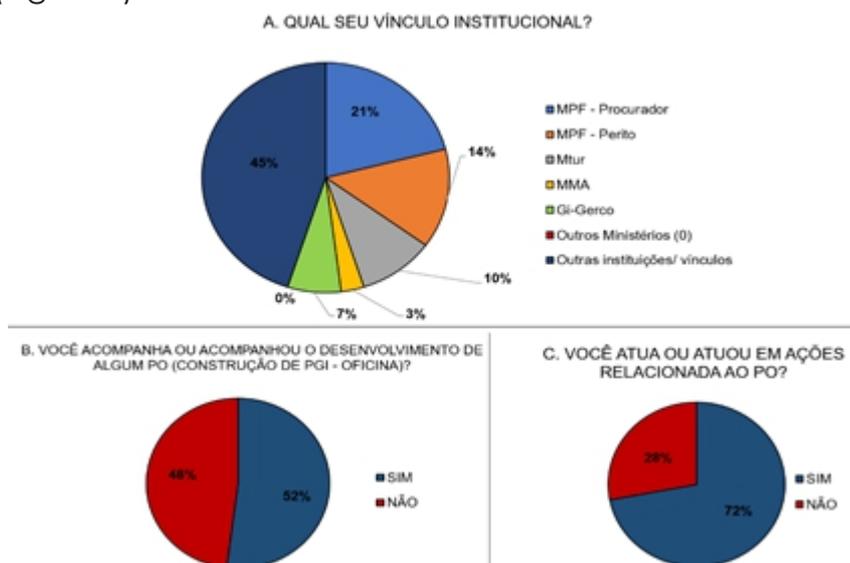


Figura 2: Enquete realizada aos participantes da Oficina de Trabalho com o MPF e Ministérios, a fim de mapear a experiência com o Projeto Orla.

A pergunta A. *Qual seu vínculo institucional?* obteve como resposta 21% dos participantes vinculados ao MPF-Procurador; 14% ao MPF – Perito, 10% vinculados ao Ministério do Turismo (MTur), 3% ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), 7% vinculados ao Gi-Gerco e 45% a outras instituições/ vínculos, nenhum participante estava vinculado a outros ministérios.

Na pergunta B. *Você acompanha ou acompanhou o desenvolvimento de algum Projeto Orla (construção de PGI - Oficina)?* 52% responderam SIM e 48% NÃO. Já em relação à pergunta C. *Você atua ou atuou em ações relacionadas ao Projeto Orla?* 72% responderam SIM e 28% responderam NÃO (Figura 2). Foi possível observar heterogeneidade nos vínculos institucionais e que muitos dos participantes não atua ou atuou em ações relacionadas ao Projeto Orla.

As colocações apresentadas pelos participantes estão relacionadas, principalmente, aos seguintes tópicos, estando detalhados no Quadro 4:

- Implementação do PGI;
- Funcionamento fluxo do Projeto Orla;
- Necessidade de maior diálogo com outros dispositivos legais de ordenamento territorial;
- Engajamento de diferentes setores da sociedade civil;
- Falta de padrão no conteúdo e forma do PGI;
- Organização documental e gestão da informação.

Quadro 4: Sistematização em grandes temas das sugestões/problemas resultantes do Seminário Setorial com Ministério Público Federal (MPF) e Ministérios que Compõem o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO).

TEMA	PROBLEMA	SUGESTÃO
Fortalecimento da implementação do PGI	Dificuldade em encontrar a equipe envolvida no processo do PO	-
	Falta de caráter vinculativo	
Fluxo do PO	-	Estabelecer prazo mínimo e prazo máximo para execução da revisão do PGI
Diálogo com outros instrumentos de ordenamento territorial	-	Estabelecer conexão com plano diretor
Participação	-	Engajamento dos entes do sistema S (SEBRAE, SENAC, etc.)

Continua...

...continuação.

Conteúdo e formato do PGI

Basear-se nos Planos Municipais de Mata Atlântica (PMMA), feitos pela SOS Mata Atlântica

Abordar a integração com outros instrumentos de orientação de uso e ocupação do solo, como UCs

Compilação e organização de documentos relativos à execução do PO nos municípios

Dificuldade de acesso aos documentos relativos ao PO nos municípios

Criação de um sistema nacional integrado para arquivamento e consulta de documentação relacionada à orla, possivelmente chamado SISORLA

3.1.5 Pesquisadores

Foram realizadas perguntas com objetivo de mapear o público participante (37 participantes responderam a enquete). As perguntas realizadas foram: (A) Qual sua atuação com o Projeto Orla? (Múltipla escolha); (B) Qual a região da sua instituição?; (C) Você já participou de Oficinas do Projeto Orla? (Figura 3).

A maioria dos participantes realiza ou realizou trabalhos acadêmicos relacionados ao Projeto Orla (48%) e/ou já elaborou publicações científicas sobre o tema (46%). Todas as regiões costeiras do Brasil tiveram participantes, sendo a maioria relacionado à instituições na região sudeste (43%). 70% dos participantes da Oficina de Trabalho não participaram de Oficinas do Projeto Orla (Figura 3).

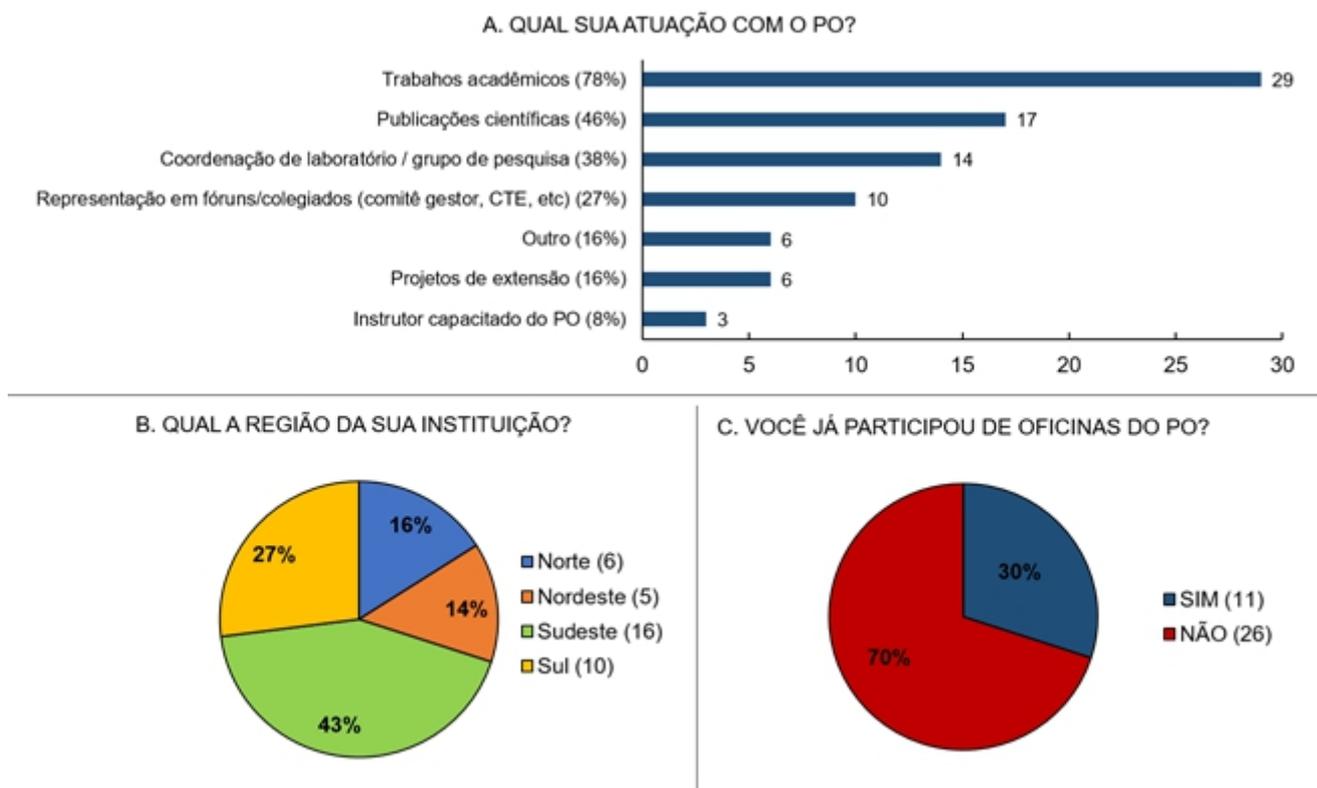


Figura 3: Enquete feita aos pesquisadores a fim de mapear sua experiência com o Projeto Orla.

As preocupações dos participantes, referiram-se principalmente aos seguintes temas, os quais encontram-se detalhados no Quadro 5:

- Áreas de planejamento;
- Institucionalização do PGI;
- Conteúdo dos manuais;
- Diálogo deste com outros instrumentos de ordenamento territorial.

Quadro 5: Sistematização em grandes temas das sugestões/problemas na Oficina de Trabalho com academia.

TEMA	SUGESTÃO
Conteúdo e formato do PGI	Solicitar que municípios entreguem um mapa síntese das ações/ um produto com as ações espacializadas
Fortalecimento da implementação do PGI	Institucionalizar o PGI

Continua...

...continuação.

Estabelecer priorização por entidade/ator responsável pela execução das ações listadas no PGI

Empoderar os municípios para que tenham maior autonomia no momento de implementação das ações previstas

Manual Dar exemplos de boas práticas no âmbito do Projeto Orla

Responsabilidades Arranjo institucional que inclua águas interiores

Oficinas Possibilidade de realizar oficinas em blocos de municípios conurbados ou que compartilhem conflitos costeiros de mesma natureza. Ex: municípios que estão dentro da área de influência de um EIA/RIMA

Diálogo com outros instrumentos de ordenamento territorial Apresentação do Projeto Orla aos municípios como um instrumento setorial, reforçando seu caráter complementar dentro da estrutura de planejamento municipal

3.2 Problemas e Sugestões obtidas via Formulário Google

Foram recebidas contribuições de 22 pessoas (Apêndice 8) via formulário Google Formulários, sendo uma delas em branco. Dentre os respondentes destacam-se aqueles vinculados às Secretarias de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Servidores Públicos SPU/UF e Ministério Público Federal e Ministérios que Compõem o GI-GERCO, Pesquisadores de Universidades, Instrutores do Projeto Orla e Autônomos. Os comentários, críticas e sugestões dos respondentes, referiram-se principalmente aos seguintes tópicos, os quais estão detalhados no Quadro 6:

- Áreas de planejamento;
- Diálogo do PGI com outros instrumentos de ordenamento territorial;
- Linguagem dos manuais;

- Oficinas.

Quadro 6: Sistematização em grandes temas das sugestões/problemas identificados nas respostas do Formulário.

TEMA	PROBLEMA	SUGESTÃO
Diálogo com outros instrumentos de ordenamento territorial	Legislação Nacional pouco abordada	Trabalhar melhor a questão dos conflitos de terra e socioambientais. Apontar para soluções viáveis, principalmente nas áreas administradas pela União ou municípios
Diagnóstico	Falta de identificação e inclusão dos segmentos sociais que ocupam os espaços da orla tradicionalmente. Assegurar seus espaços de moradia	Simplificar a classificação da orla
	A divisão da orla em área de planejamento direto e indireto não parece contribuir com o necessário planejamento integrado da orla	Pré-diagnóstico com participação da sociedade para garantir que não faltem informações
	O modelo de classificação da orla não mostra uma forma científica de classificação da mesma	-
Fortalecimento da implementação do PGI	O papel do estado é confuso	Institucionalizar o PGI
	Instrumento que assegure recursos financeiros para o projeto ou identificar formas onde os municípios possam acessar tais recursos	Criar mecanismos de envolvimento dos municípios
	Agilizar o processo para evitar desmobilização	Fomentar a valorização do PGI pelos gestores

Continua...

...continuação.

	Falta de publicidade em torno do Projeto Orla	Etapa de análise e aprovação deve ser realizada e finalizada pelas Comissões Técnicas Estaduais, que são compostas por instituições que também possuem capacidade técnica e experiência na área para realizar tal etapa
	-	Sugerir que o Instrutor acompanhe por um período (por exemplo mínimo de 6 meses) a implantação do PGI
Manuais	São muito técnicos, simplificar a linguagem	Poderiam ser mais técnicos, facilitando desta forma padronização de linguagem
	Responsabilidades pouco aprofundadas	Utilização de imagens de satélite ao invés de ilustrações
	Rever a base conceitual para abranger novos conceitos como gestão ecossistêmica e planejamento costeiro-marinho integrado	Atualizar os exemplos no manual com problemas da atualidade (adaptação às mudanças climáticas, lixo no mar, gestão no mar; acessos à orla e seu impedimento; ODS)
	Dificuldade de encontrar documentos associados/correlatos	Fortalecer a participação com ideias de como mobilizar os diferentes setores
	O passo a passo dos manuais não é didático	-
Conteúdo e formato do PGI	-	Criar modelo de redação do documento PGI
Oficinas	Difícil entender como serão os processos de capacitação dos instrutores do Projeto Orla	Fomentar a participação da SPU/UF e dos grupos sociais em geral

Continua...

...continuação.

	-	Rever a carga horária, número de participantes e dinamizar as Oficinas
	-	Utilização de ferramentas de Tecnologia da Informação para acelerar o processo de preenchimento dos Quadros
	-	Realizar reuniões temáticas e mini oficinas
	-	Facilitador deve acompanhar desde a mobilização até a audiência pública
	-	Modelo de Oficinas deve continuar
Outras sugestões	-	Criação de rede de pesquisadores para fornecer suporte aos municípios e instrutores para a elaboração do PGI
	-	Elaboração de um novo manual de fundamentos que abarque conceitos novos (ODS, mudança climática, lixo no mar, etc)
	-	Criação de canal de comunicação entre os instrutores para troca de experiências e sugestões
	-	Definição de orla fluvial, tendo em vista que há municípios sem orla costeira interessados no Projeto Orla

3.3 Percepções compartilhadas

Os pontos mais abordados nas Oficinas e nos Formulários foram relacionados aos seguintes tópicos:

- Diálogo com outros instrumentos de ordenamento territorial;
- Fortalecimento da implementação do PGI;
- Participação; exemplos de boas práticas nos municípios;
- Responsabilidades da CEPO, CTE e Instrutores e conteúdo e forma do PGI.

Como forma de identificar e visualizar as palavras mais citadas nas Oficinas e no Formulário, uma nuvem de palavras foi gerada a partir destas contribuições. O tamanho das palavras é proporcional às citações. Ou seja, palavras maiores foram citadas de forma recorrente enquanto as menores não foram tão presentes. Os resultados podem ser observados na Figura 4. Percebe-se que as palavras mais recorrentes foram: Município, Orla e PGI, seguidas de diagnóstico, diálogo, implementação, instrumentos, oficina, ordenamento, participação, responsabilidades e territorial.



Figura 4: Nuvem de palavras gerada a partir das contribuições feitas pelos participantes. O tamanho das palavras é proporcional às citações.

3.4 Percepções divergentes

Não foram observadas divergências substanciais entre os comentários e perguntas/respostas nas Oficinas de Trabalho. Entretanto, nas contribuições realizadas através do Formulário, dentre as críticas, observou-se uma resposta desaprovando a complexidade da linguagem dos manuais do Projeto Orla, outra

resposta na qual foi elogiada a simplicidade e fácil compreensão do texto e ainda uma terceira que sugere que a linguagem dos manuais seja mais técnica. Depreende-se que há subjetividade latente em termos desta análise específica, a qual é invariavelmente, dependente de uma “opinião pessoal”.

Considerações Finais

Ao fim das Oficinas de Trabalho ficaram em evidência as sugestões referentes aos eixos de adesão dos municípios; diálogo com outros instrumentos de ordenamentos territorial; participação; responsabilidades; implementação do PGI e boas práticas. Estas seriam as principais sugestões a serem consideradas na revisão conceitual e metodológica do Projeto Orla. As mesmas serão detalhadas a seguir.

No que diz respeito à adesão dos municípios ao Projeto Orla foi apontada a necessidade de uma melhor comunicação à sociedade em geral, explicando de forma detalhada do que se trata o Projeto Orla e quais os benefícios para os municípios que aderirem. Quanto ao diálogo com outros instrumentos, foi solicitado que a relação do Plano de Gestão Integrada da Orla e outras ferramentas, como Unidades de Conservação e o Plano Diretor Municipal seja exemplificada nos manuais e explicitada aos atores sociais envolvidos. Na interface entre os campos teórico e prático foi indicada a divulgação de boas práticas no âmbito do Projeto Orla nos manuais, assim como também a criação de uma plataforma para compartilhá-las.

No âmbito operacional foi requerido que as responsabilidades de cada instituição nas esferas Municipal (Coordenação Municipal do Projeto Orla e Comitê Gestor do Projeto Orla), Estadual (Coordenação Estadual do Projeto Orla e Comissão Técnica Estadual) e Federal (Coordenação Nacional do Projeto Orla) sejam bem definidas, fornecendo maior autonomia aos estados e possibilitando que estes forneçam maior apoio aos municípios.

Além disso, os resultados demonstram que aprimoramentos são necessários no contexto da participação. Primeiramente, a exemplo da estratégia de adesão, é necessário sensibilizar a população acerca da importância do Projeto Orla e do PGI como ferramenta de ordenamento territorial para fomentar uma maior participação. Também foi indicada a imprescindibilidade de um maior equilíbrio entre os setores (privado, governamental, ONGs, sociedade civil organizada, entre outros) nas oficinas do Projeto Orla, além da importância de uma maior articulação com as comunidades tradicionais que habitam a orla (ribeirinhos, quilombolas, entre outros) e a adoção de técnicas que facilitem a sua participação. Por fim, ainda no que tange a participação, foi sugerido que nos manuais conste uma seção referente a este assunto, indicando os números mínimo e máximo de participantes nas oficinas, como também técnicas de mobilização e condução de grupos.

No que concerne a implementação do PGI foi salientada a necessidade de institucionalização do documento, seja em sua integralidade ou como uma parcela do Plano Diretor Municipal. Também foi indicada a importância da priorização de ações, como também o empoderamento dos membros do Comitê Gestor do Projeto Orla, para garantir a implementação das medidas previstas no documento e realizar a fiscalização e o monitoramento destas.

Algumas propostas obtiveram um alto grau de aceitação pelos participantes de todas as oficinas, com destaque para o pré-diagnóstico e a definição das áreas

de planejamento (slide 18 apresentação Anexo). Cabe salientar ainda que os tópicos que foram menos discutidos e que tiveram um menor aporte de sugestões e comentários foram 'monitoramento e revisão dos PGIs'. Tal situação é compreensível, uma vez serem estes temas os menos desenvolvidos ao longo da implementação do Projeto Orla no país.

Por fim, espera-se que os resultados aqui apresentados e analisados possam efetivamente contribuir no processo de revisão e aperfeiçoamento conceitual e metodológico do Projeto Orla, tornando-o uma efetiva ferramenta de gestão do litoral do Brasil.

Referências

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2012.

BRASIL. **Decreto de Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acessado em: 17 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Decreto de Lei Federal nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13240.htm. Acessado em: 17 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm. Acessado em: 17 de dezembro de 2019.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2017. **Portaria nº 113, de 12 de julho de 2017**. DOU, nº 133, Seção 1, pág. 153.

Ministério da Economia/Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União. 2019. **Portaria Nº 44, de 31 de maio de 2019**. Amplia a aplicabilidade da Portaria 113/2017 para as praias marítimas urbanas e não urbanas.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2004. **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil, 2004.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2005. **Projeto Orla**: guia de implementação. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil, 2005.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2006. **Projeto Orla**: fundamentos para a gestão integrada. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, DF, Brasil, 2006.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2006. **Projeto orla**: manual de gestão / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006.



GAIGERCO
GRUPO DE AÇÃO INTERDISCIPLINAR DE GERENCIAMENTO COSTEIRO



MMA; CIRM; GI-GERCO. 2017. **IV Plano de Ação Federal para a Zona Costeira.** PAF-ZC - 2017-2019. 37p.

NAKANO, Kazuo, Coord. **Projeto Orla:** implementação em territórios com urbanização consolidada. / Coordenação de Kazuo Nakano. — São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

ORLANDI, EP. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas (SP): Pontes; 1999.

APÊNDICE I

Apresentação-resumo com as principais atualizações e aprimoramentos previstos para o Projeto Orla

Oficinas de Trabalho Atualização e Aprimoramento do Projeto Orla

Apresentação Geral

Brasil - 2020

As Oficinas de Trabalho de atualização do Projeto Orla foram realizadas em atendimento à Meta 2 do Termo de Execução Descentralizada SPU nº 01/2018 (D.O.U. de 24/09/2018 | Edição: 184 | Seção: 3 | Página: 114)



Oficinas de Trabalho

- Esta apresentação foi elaborada com base nas oficinas de trabalho para a atualização do Projeto Orla realizadas em atendimento à Meta 2 do Termo de Execução Descentralizada SPU nº 01/2018 (D.O.U. de 24/09/2018 | Edição: 184 | Seção: 3 | Página: 114).
 - Este arquivo de slides é um resumo das Oficina de Trabalho e as definições estão em construção, podendo sofrer mudanças após a consolidação das discussões.
- **Oficinas realizadas**
 - G17 + SPU Regionais - nº participantes 68
 - Instrutores- nº participantes 34
 - Municípios- nº participantes 36
 - MPF, GI-GERCO e Ministérios- nº participantes 74
 - Acadêmicos/Pesquisadores- nº participantes 81



Oficinas de Trabalho

- Em todas as oficinas houve uma apresentação das principais atualizações voltadas aos atores, espaço de perguntas e respostas, e espaço de microfone aberto
- Foi disponibilizado um **formulário online** para que os participantes enviassem comentários, críticas e sugestões
- O link foi enviado no Chat e segue novamente:
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfMs5_obNB2EVUJDJk3NjHv8qxQJ2SeyGDQMTVmtKelhOJ40g/viewform
 - **O prazo de envios foi estendido até o dia 09/11/2020**



Contexto Geral



Municipalização da Gestão de Praias

- O PNGC II instituiu em 1997 a descentralização da gestão dos ambientes costeiros, observado que estados e municípios podem melhor gerenciar suas demandas.
- O Projeto Orla surgiu no final da década de 1990 como uma iniciativa inovadora no âmbito do Governo Federal para ser conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e pelo Ministério do Turismo (MTur).



Projeto Orla e TAGP

O Projeto Orla visa a implementação de ações de ordenamento e compatibilização de políticas públicas ambientais, urbanísticas, patrimoniais e econômicas. Construído de forma participativa entre o poder público e a sociedade civil organizada, buscando o desenvolvimento sustentável da orla.

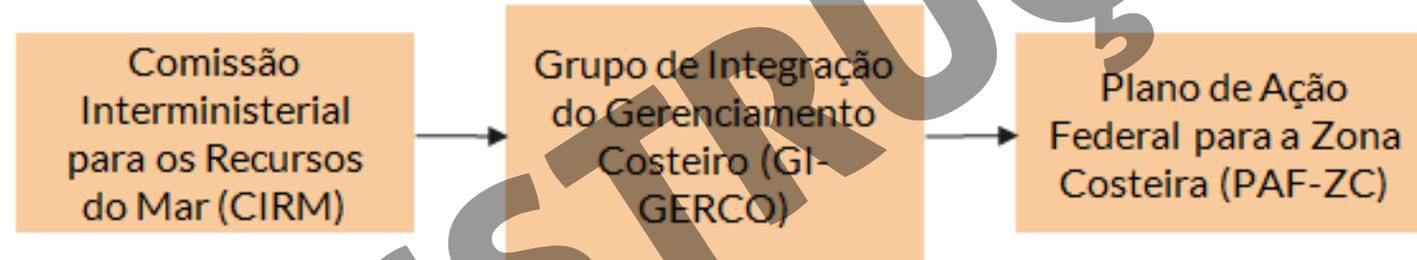
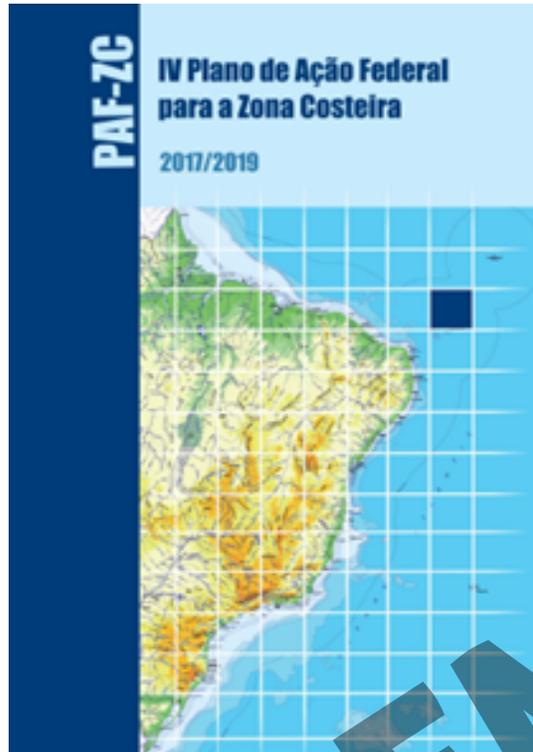


Projeto Orla e TAGP

- Com o Decreto nº 5.300/2004, o Projeto Orla é instituído nas políticas públicas incidentes na zona costeira.
- A **Lei nº 13.240/2015** possibilitou a transferência da gestão das praias marítimas urbanas e outros bens de uso comum do povo com exploração econômica aos municípios costeiros.
- As Portarias SPU n.º 113/2017 e n.º 44/2019 regulamentaram o Termo de Adesão à Gestão de Praias*, que dentre suas Cláusulas, **condiciona ao município a elaboração ou revisão do PGI em 3 anos.**



Projeto Orla e Plano de Ação Federal para a Zona Costeira



Ação 7: Desenvolver metodologia de Avaliação dos Planos de Gestão Integrada

Problema/conflicto associado: Urbanização e ocupação desordenada da orla

Coordenador: Secretaria do Patrimônio da União

Projeto ATAGP

Subsídios para avaliação da transferência da gestão das praias marítimas urbanas aos Municípios

Termo de Execução Descentralizada SPU nº 01/2018 (D.O.U. de 24/09/2018 | Edição: 184 | Seção: 3 | Página: 114)

Mais informações:

<http://www2.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias>

<https://lageci.paginas.ufsc.br/>

<https://gaigerco.furg.br/>



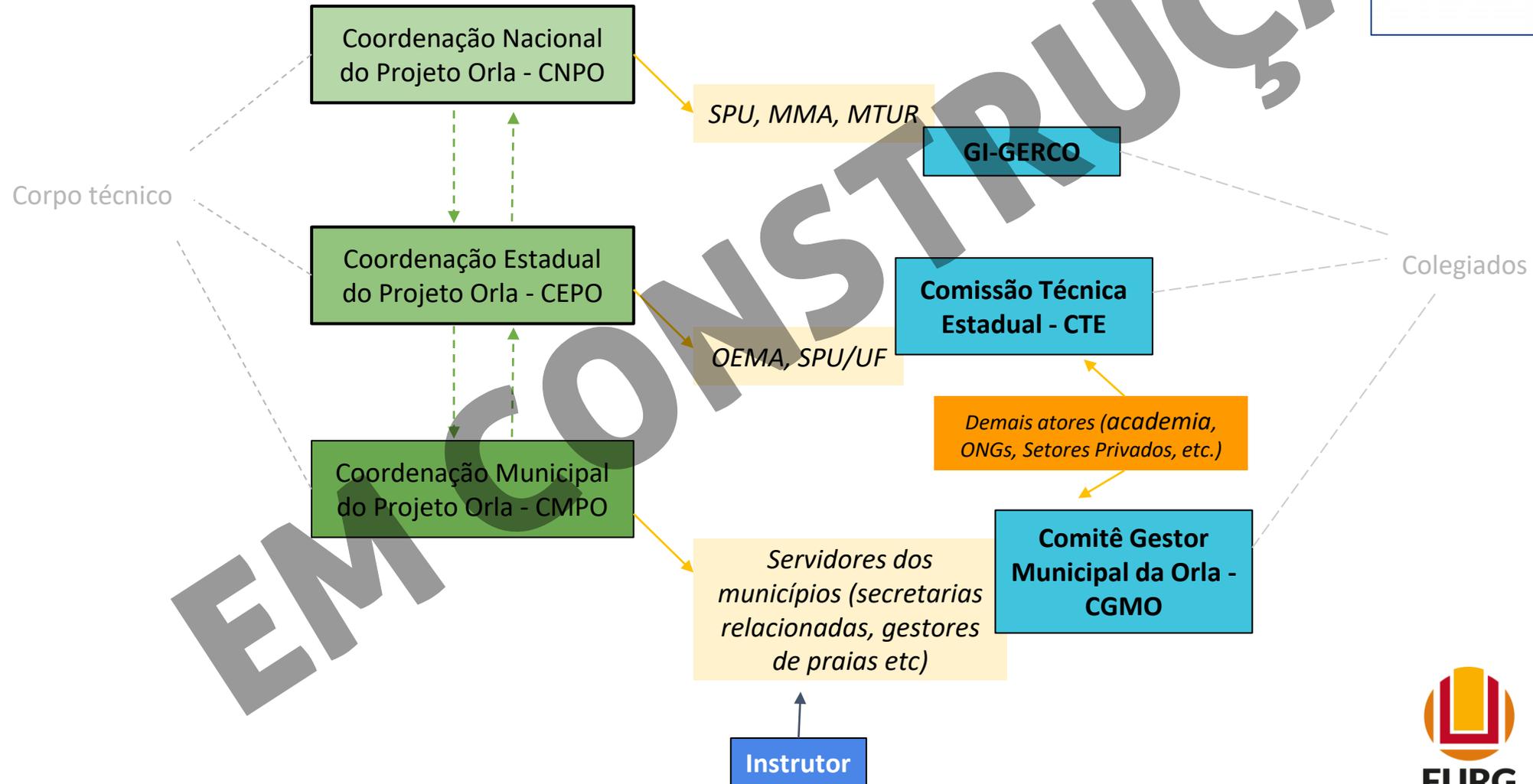
Vera Cruz – Ilha de Itaparica (BA) – Foto: Mariana P. S. Mattos



Atualização e Aprimoramento do Projeto Orla



Estrutura organizacional do Projeto Orla



**Projeto Orla
DESENVOLVIMENTO
CONTÍNUO**

1 **Organização e articulação**

- CMPO e gestor
- Contratação de instrutor
- Identificação de atores
- Reuniões setoriais

2 **Diagnóstico e delimitação da orla**

- Levantamento de dados
- Reuniões Setoriais
- Seminários de sensibilização

3 **Planejamento Participativo**

- Oficinas
 - consolidação do diagnóstico
 - id. potenciais e problemas
 - definição de ações e medidas
- Trabalho de campo
- Seminários Locais (mini-oficinas)
- Reuniões Setoriais

4 **Consolidação do PGI**

- PGI preliminar
- Consulta pública
- Avaliação CTE/CEPO e CNPO
- Audiência Pública
- PGI final

5 **Implementação**

- CGMO atuando
- Ações e medidas
- Monitoramento

6 **Revisão**

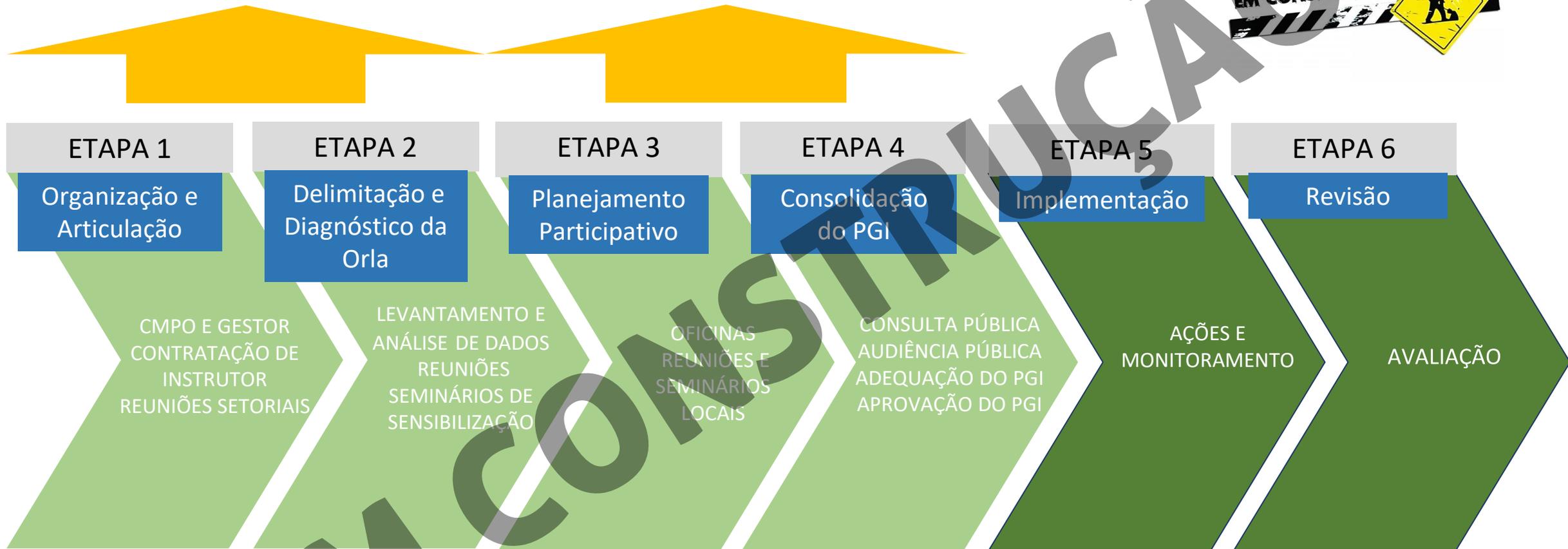
- Avaliação da implementação
- Reinicialização do ciclo
- Refinamento de ações e medidas
- Consolidação de participação cidadã



Instrumentalização

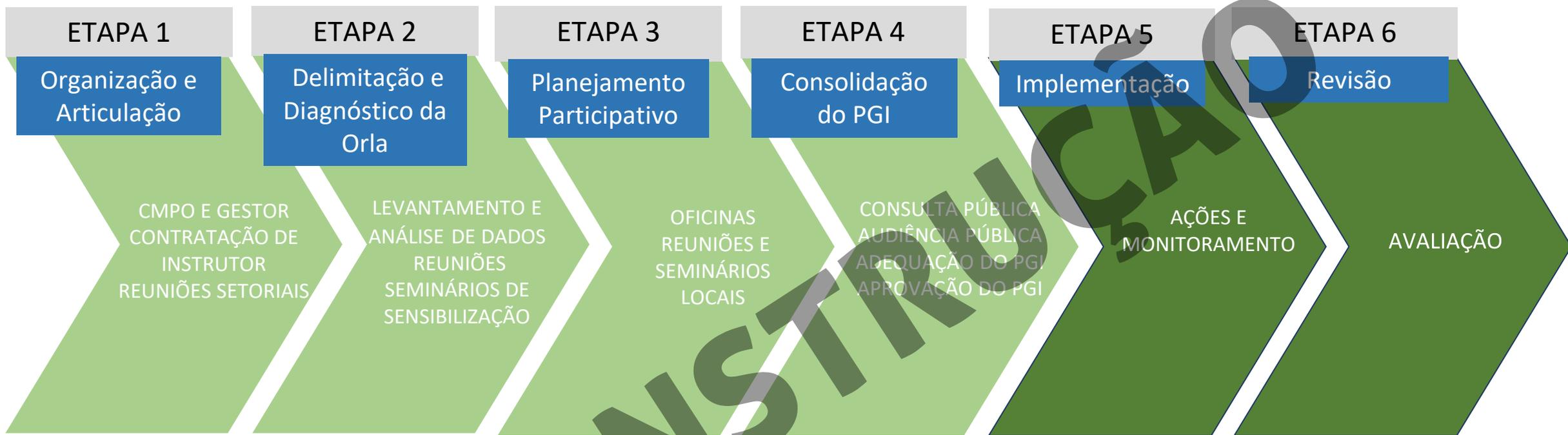
Oficinas e Consolidação

EM CONSTRUÇÃO



EM CONSTRUÇÃO





3 anos





Etapas 1 e 2 - Atividades



- Definição da Coordenação Municipal do Projeto Orla e das responsabilidades compartilhadas com Gestor de Praias (TAGP)
- Contratação do instrutor (atividades e responsabilidades)
- Mobilização social (viabilizar a realização de reuniões setoriais, visitas técnicas e seminários de sensibilização c/ Instrutor e Coordenações; listar e convidar setores e atores sociais para atividades)
- Elaboração de diagnóstico e delimitação prévios
- Elaboração, organização e disponibilização do material a ser utilizado nas Oficinas e trabalhos de campo



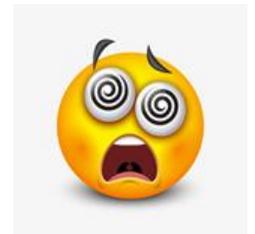


EM CONSTRUÇÃO

Delimitação da orla - Áreas de planejamento



- Análise dos manuais do Projeto Orla identificou uma grande quantidade de classificações e propostas de delimitação de espaços da orla.
- Em várias situações os manuais são repetitivos ou se contradizem quando se trata deste tema.
- As entrevistas evidenciaram que alguns dos exemplos apresentados nos manuais não são utilizados nas oficinas e há lacunas no diagnóstico.



Delimitação da orla - Áreas de planejamento



1. Na prática, a definição de **espaços homogêneos** de orla é o elemento principal da classificação em um PGI.
2. Na prática, os **limites** de 50 e 200m são tomados como as áreas nas quais as **ações serão propostas** nos PGIs.
3. Em grande parte dos casos, **ações concretas** de gestão da praia (e adjacências) são mescladas com **diretrizes** mais **amplas e genéricas**, as quais muitas vezes são impossíveis de serem executadas no âmbito do ORLA.
4. São exemplos destas diretrizes (que se sobrepõem e se confundem com ações): “melhorar a educação”, “melhorar a segurança pública”, “construir hospitais”, etc. Ainda que sejam diretrizes altamente desejáveis, as mesmas não se configuram como ações e não são executáveis no âmbito do ORLA.

Delimitação da orla - Áreas de planejamento



5. Uma consequência deste cenário é a **não execução** das ações (que na verdade são diretrizes genéricas), **enfraquecendo** o PGI e o próprio Projeto Orla como um todo.
6. Como forma de direcionar (focar) esforços em ações específicas da gestão da orla, sem, contudo, desconsiderar as diretrizes genéricas que foram apontadas legitimamente nas oficinas, propõe-se a adoção de áreas de planejamento específicas dentro dos limites de atuação do ORLA, previstos no Decreto 5300/004.
7. Tal proposição (detalhada a seguir) permite diferenciar o espaço geográfico onde incidirão ações específicas (executáveis, mensuráveis e aptas à fiscalização) de diretrizes genéricas, as quais são pertinentes na integração com outros instrumentos de gestão que incidam nessa porção do território, como Plano Diretor, Plano de Manejo de Ucs, ZEE e demais...

Delimitação da orla - Áreas de planejamento



Definição de áreas para o planejamento:

Área de Planejamento Direto (APD) - em **áreas urbanas**: limite externo = isóbata de 10m. Limite interno = primeira intervenção de infra estrutura (calçadão, via, estrada, etc). Em **áreas não urbanas**: limite externo = isóbata de 10m. Limite interno = final do ecossistema adjacente à praia (manguezal, dunas, etc) ou o limite de 200m, em conformidade com o Decreto 5300/04.

Área de Planejamento Indireto (API): limite externo é o final da APD e o limite interno é 50 ou 200m, em conformidade com o Decreto 5300/04.

Área de Influência (AIN): limite do município - definição territorial de base.

Delimitação da orla - Áreas de planejamento



Como essas áreas influenciam o PGI e a definição das ações ?

Área de Planejamento Direto (APD): *locus* da gestão efetiva do Projeto Orla. Espaço onde as ações são previstas e executadas (e fiscalizadas no âmbito do TAGP). O diagnóstico desse espaço deve contemplar aspectos mais específicos e com maior detalhamento.

EM CONSTRUÇÃO

Delimitação da orla - Áreas de planejamento



Como essas áreas influenciam o PGI e a definição das ações ?

Área de Planejamento Indireto (API): Espaço para proposição de diretrizes e recomendações, sem necessariamente se configurarem como ações que deverão ser executadas via Projeto Orla (e devidamente cobradas em função do TAGP). Para fins de diagnóstico, o conjunto de dados possui menor grau de detalhe, podendo apresentar especificidades que venham a contribuir também para a APD.

Área de Influência (AIN): base territorial do PGI. Apresenta um diagnóstico genérico e orientado a questões mais abrangentes. Não incidem ações e nem diretrizes nessa zona.

Áreas de planejamento - Exemplo RJ



Delimitação da orla - Áreas de planejamento



ATENÇÃO:

- 1 - Em determinadas situações pode ocorrer a ausência da API, tornando toda a região uma APD. Exemplo: áreas não urbanizadas com características específicas (por ex, UCs).
- 2 - A definição de APD e API é particularmente interessante em áreas urbanizadas.
- 3 - É necessário conceituar e diferenciar as definições de **ações** e **diretrizes** para aplicação das áreas de planejamento no contexto do ORLA

Delimitação da orla - Áreas de planejamento



ATENÇÃO:

4 - Não se tratam de novos espaços para a gestão e nem uma modificação dos limites do projeto orla

5 - Busca-se refinar a proposição de ações e diretrizes para esses espaços !

Diagnóstico da Orla



1. O método atual usa grande parte do tempo da oficina com a elaboração de diagnóstico.
1. Essa configuração era compreensível quando da elaboração da metodologia do Projeto Orla (+ de 20 anos atrás), mas na atualidade perde o sentido em função das facilidades de obtenção de dados e informações (os bancos de dados são muito maiores, amplos, acessíveis e mais organizados)
1. É possível otimizar o tempo das oficinas se a CMPO preparar um pré-diagnóstico que será apresentado, discutido e validado na Oficina.

Diagnóstico da Orla



4. O papel do instrutor é crucial nessa nova abordagem. Caberá a ele intermediar o diálogo entre os atores responsáveis por esse diagnóstico, dando a profundidade e grau de detalhamento necessários, considerando o caráter prático e expedito da metodologia do Projeto Orla.
5. Um roteiro básico, considerando as áreas de planejamento (API e APD) está sendo elaborado visando orientar a construção desse diagnóstico.
6. Em nenhum momento perde-se o caráter participativo na construção e/ou validação deste diagnóstico. Apenas otimiza-se o método.



Etapa 3 - Atividades



- Oficinas I e II (quadros síntese aprimorados)
- Acompanhar todo o planejamento participativo e apoiar trabalho do instrutor
- Validação do diagnóstico municipal e delimitação da Orla e áreas de planejamento
- Trabalho de campo e reuniões setoriais
- Mobilização social contínua para o planejamento participativo
- Observar às demandas feitas ao longo dos encontros
- Cadastro de participantes para o Comitê Gestor



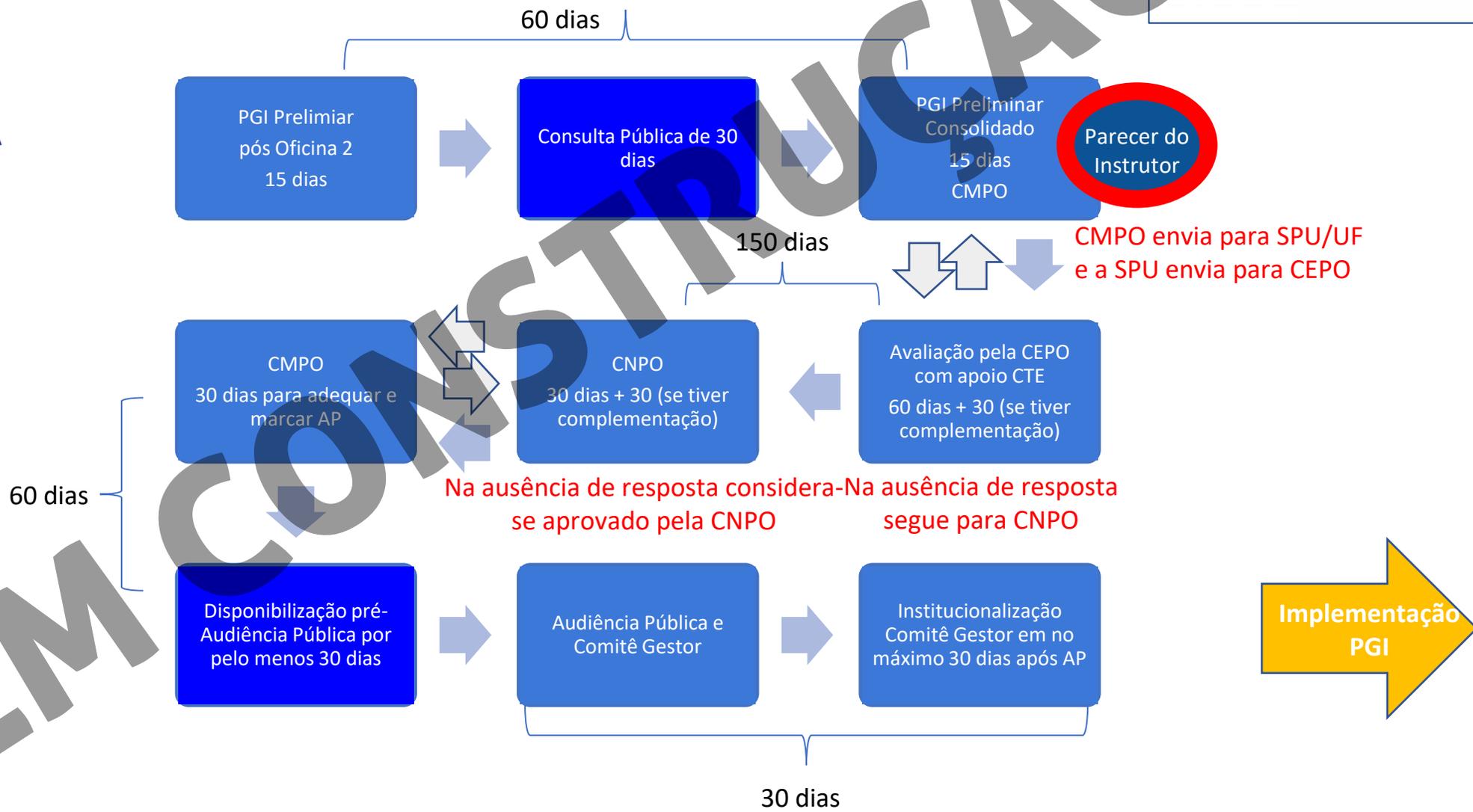


Etapa 4 - Atividades



- Definição Agenda Trabalho
- Elaboração do PGI com base nas diretrizes do manual (atenção aos municípios com TAGP)
- Disponibilização para Consulta Pública
- Consolidação do PGI para envio à CEPO e CNPO
- Encaminhamentos e respostas (avaliação CEPO e CNPO)
- PGI Final na Audiência Pública * atividades compartilhadas com o instrutor de acordo com o contrato firmado

Aprovação do PGI





EM CONSTRUÇÃO

Monitoramento e Revisão



- Indicadores definidos no PGI, para cada meta/ação
- Relatórios anuais de acompanhamento de implementação do PGI, através dos Indicadores (CGMO → CMPO)
- Avaliação constante
- Revisão - prazo estipulado PGI
- CMPO e CGMO geram relatório da revisão e proposta de PGI revisado (justificativa das ações não realizadas e propostas de novas ações)
- Reuniões e Consulta Pública
- Fluxo de aprovação PGI

Oficinas de Trabalho Atualização e Aprimoramento do Projeto Orla

Agradecemos a sua
participação!

EM CONSTRUÇÃO



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



FURG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE



UFSC



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



GAIGERCO



LAGECI



LAGECI

APÊNDICE II

Modelo do Google Formulários enviado aos participantes

Oficina de Trabalho - Projeto Orla

As Oficinas de Trabalho visam atender à necessidade de ampliar a participação de instituições e grupos sociais na discussão da revisão de roteiro metodológico para implementação do Projeto Orla. O material conhecido como “Manuais do Projeto Orla” tem sua última edição em 2012 e demanda atualização, tendo em vista as mudanças na legislação de gestão de orlas e praias, além do aperfeiçoamento da base conceitual e operacional da metodologia.

Em atendimento à meta 2 do TED SPU nº 001/2018, firmado entre Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e a Universidade Federal de Santa Catarina, estamos realizando a revisão dos “Manuais” e uma das etapas previstas é a apresentação e levantamento de contribuições através de Seminários Regionais.

Tendo em vista a situação de pandemia devido ao Coronavírus, os Seminários serão realizados em formato de webconferência, em reuniões diversas e passam a se chamar Seminários Setoriais.

Sua participação é muito importante. Consideramos pouco tempo para discussões durante o Seminário, e portanto, respondendo este formulário estará contribuindo com informações que serão captadas para a revisão dos manuais do Projeto Orla. Dessa forma poderá contribuir com Aspectos do Diagnóstico, da Oficina, da avaliação do Plano de Gestão Integrada, da legitimação do Projeto Orla, de Implementação e Monitoramento e da Revisão.

A contribuições podem ser sugestões, reclamações e comentários.

Nome

Sua resposta

Vínculo institucional



Sua resposta

Comentários

Deixe seu comentário, observações, pontos de vistas sobre os processos, diagnósticos, oficinas, elaboração do Plano de Gestão Integrada, ou quaisquer outro, que podem ser reavaliados no manual do Projeto Orla ou na aplicação da metodologia.

Sua resposta

Críticas

Deixe seu comentário, descontentamento ou alguma dificuldade que encontrou durante o contato com os manuais do Projeto Orla, ou nos processos de aplicação, que precisam ser melhorados ou reavaliados.

Sua resposta

Sugestões

Embora os manuais tenham sido elaborados com base teórica, entendemos que necessitam de atualizações. Dessa forma, com base nas experiências obtidas, deixe propostas que possa ser inseridas no manual do Projeto Orla.

Sua resposta

Próxima

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



APÊNDICE III

Convite realizado pela equipe do Projeto ao G17 e SPU/UF

Oficina 1: G17 + SPU - 16 de setembro de 2020

Nome	email	Estado/Orgão
Ricardo César de Barros Oliveira	ricardocesarb@yahoo.com	AL/IMA
Orleno Marques da Silva Júnior	orlenomarques@yahoo.com.br	AP/SEMA/IEPA
Rosalvo de Oliveira Júnior	rosalvojr@gmail.com; gerco.bahia@sema.ba.gov.br; rosalvo.junior@sema.ba.gov.br;	BA/SEMA
Júlia Kalid Mansur	julia.mansur@sema.ba.gov.br;	BA/SEMA
Maria Dias Cavalcante	maria.dias@sema.ce.gov.br	CE/SEMA
Wersângela Cunha Duavi	wersangela.duavi@sema.ce.gov.br	CE/SEMA
Massília Albano	massilia.santos@sema.ce.gov.br	CE/SEMA
Felipe Azevedo Bastos	felipe.bastos@iema.es.gov.br	IEMA/ES
Osmann Cid Conde Oliveira	osmann.oliveira@sema.ma.gov.br;	MA/SEMA
Patrícia Miranda Menezes	patriciamirandamenezes@gmail.com; diored@semas.pa.gov.br;	PA/SEMAS
Vinícius Silva	comam.diored@semas.pa.gov.br;	PA/SEMAS
Luciano Gomes	luciano_jgp@hotmail.com; gercoz.diored@semas.pa.gov.br;	PA/SEMAS
Maria Betânia Matos de Carvalho	mariabetaniamc@yahoo.com.br; gercosudemapb@gmail.com	PB/SUDEMA
Jefferson Silva	jeffersonsilvageo@gmail.com	PB/SUDEMA
Paulo Roberto Castella	pcastella@sedest.gov.br; castellapauloroberto@gmail.com;	PR/SEDEST
Rosana Maria Bara Castella	rosanambcastella@gmail.com; rosanabaral@sema.pr.gov.br;	PR/SEDEST
Andrea Olinto de Lyra Sobral	andreaolinto@gmail.com; andreaolinto@semas.pe.gov.br;	PE/SEMAS
Tânia Maria Serra de Jesus Nolêto	tania.noleto@semar.pi.gov.br; tnoleto@yahoo.com.br; secsemar@semar.pi.gov.br	PI/SEMAR
Luiz Eduardo de Souza Moraes	luizesm@inea.rj.gov.br; ledumoraes@gmail.com	RJ/INEA
LEONlene de Sousa Aguiar	leon.idemarn@gmail.com	RN/IDEMA
Ana Maria Teixeira Marcelino	idema-sugerco@rn.gov.br; anamarcelino.idema@gmail.com	RN/IDEMA
Werner Farkatt Tabosa	wernerfarkatt@gmail.com	RN/IDEMA
Luciana Regina Petry Anele	luciana-anele@fepam.rs.gov.br	RS/FEPAM
Gil Kuchembuck Scatena	gscatena@sp.gov.br	SP/SIMA
Natalia Micossi da Cruz	nmacruz@sp.gov.br;	SP/SIMA
Monica Koch	monica.sde.sc@gmail.com;	SC/SDE
Milton Aurélio Uba de Andrade Júnior	miltinhoub@gmail.com;	SC/SDE
Livia Ceretta	lceretta@gmail.com;	SC/SDE
Marcos Ribeiro Leite	marcos.leite@sedurbs.se.gov.br;	SE/SEDURBS
Thaís Eloy Guimaraes Nascimento	thais.nascimento@sedurbs.se.gov.br;	SE/SEDURBS

Convite Oficina de Trabalho - Projeto Orla

9 mensagens

Gestão de Praias <gestaodepraias@gmail.com>

10 de setembro de 2020 07:46

Cco: ricardocesarb@yahoo.com, orlenomarques@yahoo.com.br, rosavojr@gmail.com, gerco.bahia@sema.ba.gov.br, rosalvo.junior@sema.ba.gov.br, julia.mansur@sema.ba.gov.br, maria.dias@sema.ce.gov.br, wersangela.duavi@sema.ce.gov.br, massilia.santos@sema.ce.gov.br, felipe.bastos@sema.es.gov.br, osmann.oliveira@sema.ma.gov.br, patriciamirandamenezes@gmail.com, diored@semas.pa.gov.br, comam.diored@semas.pa.gov.br, luciano_jgp@hotmail.com, gercoz.diored@semas.pa.gov.br, mariabetaniamc@yahoo.com.br, gercosudemapb@gmail.com, jeffersonsilvageo@gmail.com, pcastella@sedest.gov.br, castellapauloroberto@gmail.com, rosanambcastella@gmail.com, rosanababal@sema.pr.gov.br, andreaolinto@gmail.com, Andrea Olinto <andreaolinto@semas.pe.gov.br>, tania.noieto@semar.pi.gov.br, tnoieto@yahoo.com.br, secsemar@semar.pi.gov.br, luizesm@inea.rj.gov.br, ledumoraes@gmail.com, leon.idemarn@gmail.com, idema-sugerco@rn.gov.br, anamarcelino.idema@gmail.com, wernerfarkatt@gmail.com, luciana-anele@fepam.rs.gov.br, gscatena@sp.gov.br, nmcruz@sp.gov.br, monica.sde.sc@gmail.com, miltinhoubal@gmail.com, lceretta@gmail.com, marcos.leite@sedurbs.se.gov.br, thais.nascimento@sedurbs.se.gov.br, nugep-spu@planejamento.gov.br, marinezscherer@gmail.com, monica.costa@ufpe.br

Prezada(o),

Vimos por meio deste convidá-la(o) a participar da **Oficina de Trabalho para apresentação e discussão das propostas de aprimoramento aos Manuais do Projeto Orla**. Esta Oficina compõe uma série de eventos a serem realizados no âmbito do projeto "Subsídios para avaliação da transferência da gestão das praias marítimas urbanas aos Municípios", coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Rio Grande e Universidade Federal de Pernambuco. Em anexo consta o convite feito pela Coordenação de Gestão de Bens de Uso da Administração Pública (Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Ministério da Economia).

O evento será no dia 16 de setembro de 2020, às 14:00, com previsão de duração máxima de 2 horas. Será realizado *online* através da plataforma Zoom e o link para acesso é <https://us02web.zoom.us/j/8210223295>.

Informamos que este evento é direcionado aos gestores costeiros e membros das Gerências Regionais do Patrimônio da União nos Estados. Temos um número limitado de participantes e, por isso, reiteramos que não compartilhem o link sem autorização prévia dos organizadores.

A realização dessas oficinas tem por finalidade reunir as contribuições técnicas e informações necessárias a uma proposta metodológica para fundamentar a elaboração do Plano de Gestão Integrado da Orla e sua implementação. Assim, é imprescindível que os participantes possuam conhecimento prévio dos cinco Manuais do Projeto, que somada à experiência adquirida com a participação em Oficinas do Projeto Orla, permitirão sua contribuição na revisão dos Manuais do Projeto Orla.

Em caso de dúvidas, envie uma mensagem para gestaodepraias@gmail.com.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª Marinez E. G. Scherer
Prof. Dr. João L. Nicolodi
Prof.ª Dr.ª Monica F. Costa



Livre de vírus. www.avg.com.

 **Oficio_10361464.pdf**
90K

APÊNDICE IV

Convite realizado pela equipe do Projeto aos Instrutores do Projeto Orla

Oficina 2: Instrutores do Orla - 30 de setembro de 2020

Nome	email	UF
Alexandre Marcolino Lemes	alexandre.lemes@planejamento.gov.br	AM
Luis Carlos Castro Roçoda	dlucarocoda@gmail.com	
Rosimary da Silva Rosário	rosemary.rosario@planejamento.gov.br	AP
Zanandrea Ramos Figueira	zana@ccada.org.br	
Adriana Oliveira Maués Ferreira	adrianamaues@yahoo.com.br	PA
Dirce Brito da Silva	dircebrito5@gmail.com	
Iolene Freitas de Azevedo	iolenefreitas@hotmail.com	
Maria de Fátima Koury de Figueiredo	auapaba@yahoo.com.br	
Pedro Paulo Bittencourt Ferreira	pepaferreira@gmail.com	
Soraia Melissa Failache Soares	soraiafailache@hotmail.com	
Valdecy dos Anjos da Silva	valdecydosanhos@hotmail.com	
Alcir Ferreira de Matos	alcirfmatos@yahoo.com.br	
Marcello Augusto da Costa Aponte	marcaponte@hotmail.com	
Rodrigo Macedo Lopes	iagua@oi.com.br	
Adalberto Luiz de Souza Neto	souza.adalberto@gmail.com	
Carmen Andréa da Fonseca e Silva	deinha.dfs@hotmail.com	
Enio Ricardo Gomes Santos	enioricardo@hotmail.com	
João Lessa de Azevedo	lessaazevedo@yahoo.com.br	
Maria do Rosário Oliveira	mro.rosarios@gmail.com	
Melry Sherly Bezerra	mellbezerra@hotmail.com	
Roberto Costa Farias	robertocostafarias@hotmail.com	
Rochana C Andrade Lima Santos	rca.lima@hotmail.com	BA
Daniela Alves Carvalho	nascimentodani@terra.com.br	
Fabiana Cava Correa	fabianacava@hotmail.com	
Maria Pereira Maranhão	mariamaranhao@yahoo.com.br	
Regina Cestari	re_cestari@yahoo.com.br	
André Gustavo Freitas Papi	andre_joguelimpo@yahoo.com.br	
Ivaneuza Maria Leite Lima	ivaneuza@terra.com.br	CE
Maria Judith Póvoa Passos	juditipps@yahoo.com.br	
Airton Mota Bastos	airton.mota@conpam.ce.gov.br	CE
Edenise Mônica Puerari	edepuerari@yahoo.com.br	
Fabiola Alves Martins	fabiola.martins@conpam.ce.gov.br	
Ilana Fernandes Falcão	i.falcao@hotmail.com	

Luiz Pragmácio Telles Ferreira de Souza	pragmaciotelles@gmail.com	
Maria Socorro do Nascimento	marias.nascimento@planejamento.gov.br	
Raimundo José Reis Félix	rjicapui@yahoo.com.br	
Renata do Nascimento Martins	ambientebr@hotmail.com	
Rodolfo Teixeira Alves	rodolfo_rta@yahoo.com.br	
Simara Feitosa Siebra	simarafeitosa@hotmail.com	
Edenilo Baltazar Barreira Filho	edenilo@edu.unifor.br	
Henrique Mota de Aguiar	henriquemaguiar@hotmail.com	
Ana Paula Rios de Melo	aninha5.melo@gmail.com	
Augusto Daniel Nascimento	adan.nascimento@yahoo.com.br	
Cláudio Eduardo de Castro	clanaros@yahoo.com.br	
Clóvis Lira da Rocha Júnior	clovismecator@hotmail.com	
Daniela Cristina Pires Viana	pires_dany@yahoo.com.br	
Guilherme Maciel Antunes	guilherme.a.carvalho@planejamento.gov.br	
Hierlen Maria Matos	hierlenmatos@yahoo.com.br	
Jussara Martins Nogueira	jussara@deurb.com.br	
Maíra Cunha Marques	mer_marques@hotmail.com	
Paula Maria Mesquita Santiago	paulamaria_santiago@yahoo.com.br	
Paulo Henrique Santana Sousa	pauloipss@hotmail.com	
Sérgio Lopes Serra	sergioserramar@gmail.com	
Cilícia Dias dos Santos	ciliciadias@yahoo.com.br	MA
Elaine Cristina Teixeira	elaine.pedrosa@hotmail.com	
Lairton Lopes Linguinho	llairton@hotmail.com	
Romero Borborema Filho	romero.filho@hotmail.com	
Walber Farias Marques	wal_fmardques@yahoo.com.br	
José Ariosvaldo Aguiar	ariosvaldoaguiar@yahoo.com.br	
Paula Goulart Hunka	pavla_hunka@yahoo.com.br	PB
Adriana Santos Mendonça	adriana.santos77@gmail.com	
Alexandre Ribeiro Botelho	alexandremerrem@gmail.com	
Ana Cristina Figueredo	ana_cfigueiredo@yahoo.com.br	
Élida Rafisa de Oliveira Rocha Leite	erafisa@hotmail.com	
Fabiola Santos Nardoto	fabiola.nardoto@planejamento.gov.br	
Hermon Augusto da Costa Braga Jr	hermon.junior@gmail.com	
Isis Bezerra Cavalcanti	isisbc@hotmail.com	PE

Ismeralda Castelo Branco N Barreto	ismeralda.barreto@semarh.se.gov.br	
Jennifer dos Santos Borges	arg_jenniferborges@yahoo.com.br	
katia de Souza Dantas Simões	katia.simoes@planejamento.gov.br	
Kenya Viegas da Silva	viegasks@hotmail.com	
Ladjane de Fátima Ramos Caporal	ladjaneframos@yahoo.com.br	
Milena Sardou Sabino Pinho	milena.sardou@uol.com.br	
Nathasha Thaise Borges Silva	nathasha_borges@hotmail.com	
Priscila Batista Vasconcelos	priscilabv1908@yahoo.com.br	
Djair Barros Falcão	djair@dbf.eng.br	
Margarida Maria Martimiano Ramos	guidacac@terra.com.br	
Sammy Nafez Abu-Adiya	sammy67@uol.com.br	
Ana Cristina Marinho	a.c.marinho@hotmail.com	
Edvania Gomes de Assis	edvania@ufpi.edu.br	
Francisco Antônio Ferraz de Souza	francisco.sousa@planejamento.gov.br	
Roseane de Araújo Galeno	biologaphb@hotmail.com	
Waneska Maria de Vasconcelos Medeiros	neskaw@hotmail.com	PI
Ana Maria Teixeira Marcelino	anamtmarcelino@gmail.com	
Cláudia Gazola	gazolaclaudia@gmail.com	
Janaína Fernandes Pinheiro	janaina.pinheiro@planejamento.gov.br	
Kátia Regina Saraiva Carneiro	rkatia_sc@yahoo.com.br	
Neilor Afonso Castiel	neilor.barbosa@planejamento.gov.br	
Rosemeire Dantas	rosedantas1@hotmail.com	
Sylvana Maria Carvalho Guerra	sylguerra3@hotmail.com	
Yeda Cunha de Medeiros Pereira	yeda.pereira@planejamento.gov.br	
Leonardo Bezerra de Melo Tinoco	leonardotinoco2@gmail.com	
Rosa Pinheiro	rosampinheiro@supercabo.com.br	RN
Adriano Sotero	sotero_adri2000@yahoo.com.br	
Ana Maria de Souza Martins Farias	arquitetura@unit.br	
Antônio Lázaro Ferreira Santos	antoniolazaroufs@gmail.com	
Ilka Veloso Passos	ilkaveloso@hotmail.com	
Laís de Carvalho Teixeira Chaves	chaveslais@hotmail.com	SE

Manoel Elielson Cordeiro de Jesus	fcjecoturismo@hotmail.com	
Rosa Maria Saraiva	rosamsaraiva@hotmail.com	
Teófilo Silva	teofilo.silva@planejamento.gov.br	
Maria Alice Sampaio	maria.sampaio@planejamento.gov.br	
Leda Velloso Buonfiglio	ledavb@hotmail.com	
Raquel Roland Vila Nova	quelqs@yahoo.com.br	DF
Inez Monfardini de Freitas	inez.monfardini@planejamento.gov.br	
Denise Telles	denise.telles@gmail.com	
Douglas Cerqueira Gonçalves	douglascerqueiragoncalves@gmail.com	
Eduardo Batista Pedrosa	dudepedra@gmail.com	
Fabiola Vescovi Pedroni Pimentel	fabivescovi@hotmail.com	
Ivana Marques	ivanasmарques@gmail.com	
Leonardo Klumb Oliveira	leoklumb@gmail.com	
Rosa Angela Casati Ramaldes	rosa@a-verde.com.br	ES
Vania Kirzner	vaniakirzner@gmail.com	MG
Ana Maria Nunes Batista	anaarraial@hotmail.com	
Ana Maria Esteves	anamariaes@gmail.com	
Andréa Tibau Almeida	andreatibau@hotmail.com	
Anna Cecília Cortines	acortines@uol.com.br	
Carla Santos do Amaral Baptista Affonso	kakaaffonso@hotmail.com	
Izaura Arêas	izaura.areas@gmail.com	
Marcos Pedro Oneto Fiorito	fiorito.seduma@gmail.com	
Patrícia Barros	qbpatria@gmail.com	
Rosiany Possati Campos	rosiany.campos@poli.ufrj.br	
Sidney Suzano de França Miranda Neto	ventovelo@gmail.com	
Úrsula André Hallais	ursula.hallais@gmail.com	
Kátia Ramos da Silva	kramosrj@yahoo.com.br	RJ
Camila Cristina Hashimoto	cahashimoto@gmail.com	
Eliane Simões	simoeslica@gmail.com	
João Carlos Carvalho Milanelli	jmilanelli@gmail.com	
Laura Piatto	lpiatto@yahoo.com.br	
Marcos Lopes Couto	marcos@advogadoscouto.adv.br	
Mayra Jankowsky	mayra.jankowsky@gmail.com	
Paulo Fernando Garreta Harkot	paulo.harkot@sinergetica.com.br	
Tainá Garcia Da Fonseca	taina-garcia@hotmail.com	
Wandeley M. do Nascimento	w.meira@terra.com.br	
Daniela Pereira Kuntz	danielakuntz@gmail.com	
Fernanda Terra Stori	feterra@terra.com.br	SP

Henrique Luís de Paula e Silva de Almeida	riqueluis@gmail.com	
Marcela de Marco Sobral	marcelasobral@bol.com.br	
Débora Cristina Barreto	debora.barreto@planejamento.gov.br	
Fernanda Serrato Podzwato	fernanda@coopere.net	
Heitor Gonçalves	arquiteto.heitor@hotmail.com	
Heloise Seiboth	heloise.seiboth@gmail.com	
Josias R. Neto	josias@coopere.net	
Luiz Gustavo Andreguetto	gustavo@rclplanejamento.com.br	
Pedro de Carvalho Nasser	pedro.nasser@planejamento.gov.br	
Salomão de Moares Jr.	salomaoj@iap.pr.gov.br	
Vinicius Gessolo de Oliveira	vinicius@terradedireitos.org.br	PR
Andréia Vigolo Lourenço	a_vigolo@hotmail.com	
Laura Lemons Moreira	lauralmoreira@hotmail.com	
Luceni Medeiros Hellebrandt	luceni.hellebrandt@gmail.com	
Michelle Neto Cabreira	michellencgeo@gmail.com	
Patrícia Coelho Machado	pety_cm@yahoo.com.br	
Paulo Henrique Mattos	biofurg@yahoo.com.br	
Rossana Chiaffitelli	chiaffitelli@gmail.com	
Carla Valéria Leonini Crivellaro	carlacrivellaro@terra.com.br	
Cícero Castello Branco Filho	padim@terra.com.br	
Cintia Pereira Barenho	cintia.barenho@gmail.com	RS
Adelina Cristina Pinto	kicapinto70@gmail.com	
Alexandre Maimoni Mazzer	magnitudemare@gmail.com	
Andreora Deschamps Schmidt	andyoceano@gmail.com	
Camila dos Santos Vargas	camilasvargas@gmail.com	
Gisele Rosa Abrahão	giseleabrahao@esferaambiental.com	
Janice Rezende Vieira Peixoto	tartbr@yahoo.com.br	
Leana Paula Bernadi	leanabernardi@hotmail.com	
Ricardo Ribeiro Haponiuk	cientistamarinho@gmail.com	
Tatiana Crystina Rocha de Oliveira	tc.rocha.oliveira@gmail.com	
Ana Maria Orlando	anamares@terra.com.br	
Carlos Henrique Pedriali Nóbrega	ch_itapoa@yahoo.com.br	
Débora Rosana Marques Lehmann	deboralehmann@yahoo.com.br	
Luiz Alberto de Souza	lasouza@furb.br	
Marcus Polette	mpolette@univali.br	
Marinez Eymael Garcia Scherer	marinez@floripa.com.br	SC

Neres de Lourdes da Rosa Bitencourt	neres_bitencourt@yahoo.com.br	
Rafael Goidanich Costa	rafael@aprender.org.br	
Ricardo Miranda Rosa	ricardomr.ora@gmail.com	

Oficina de Trabalho - Projeto Orla

6 mensagens

Gestão de Praias <gestaodepraias@gmail.com>

21 de setembro de 2020 16:45

Para: alexandre.lemes@planejamento.gov.br, dlucarocoda@gmail.com, rosemary.rosario@planejamento.gov.br, zana@ccada.org.br, adrianamaues@yahoo.com.br, dircebrito5@gmail.com, iolenefreitas@hotmail.com, auapaba@yahoo.com.br, pepaferreira@gmail.com, soraiafailache@hotmail.com, valdecydosanjos@hotmail.com, alcirfmatos@yahoo.com.br, marcaponte@hotmail.com, iagua@oi.com.br, souza.adalberto@gmail.com, deinha.dfs@hotmail.com, Enio Ricardo <enioricardo@hotmail.com>, lessaazevedo@yahoo.com.br, mro.rosarios@gmail.com, mellbezerra@hotmail.com, robertocostafarias@hotmail.com, rca.lima@hotmail.com, nascimentodani@terra.com.br, fabianacava@hotmail.com, mariamaranhao@yahoo.com.br, re_cestari@yahoo.com.br, andre_joguelimpo@yahoo.com.br, ivaneuza@terra.com.br, juditiipps@yahoo.com.br, airton.mota@compam.ce.gov.br, edepuerari@yahoo.com.br, fabiola.martins@compam.ce.gov.br, i.falcao@hotmail.com, pragmaciotelles@gmail.com, marias.nascimento@planejamento.gov.br, rjicapui@yahoo.com.br, ambientebr@hotmail.com, rodolfo_rta@yahoo.com.br, simarafeitosa@hotmail.com, edenilo@edu.unifor.br, henriquemaguiar@hotmail.com, aninha5.melo@gmail.com, adan.nascimento@yahoo.com.br, clanaros@yahoo.com.br, clovismecator@hotmail.com, pires_dany@yahoo.com.br, guilherme.a.carvalho@planejamento.gov.br, hierlenmatos@yahoo.com.br, jussara@deurb.com.br, mer_marques@hotmail.com, paulamaria_santiago@yahoo.com.br, paulojpss@hotmail.com, sergioserramar@gmail.com, ciliciadias@yahoo.com.br, elaine.pedrosa@hotmail.com, llairton@hotmail.com, romero.filho@hotmail.com, wal_fmriques@yahoo.com.br, Ariosvaldo Aguiar <ariosvaldoaguiar@yahoo.com.br>, pavla_hunka@yahoo.com.br, adriana.santos77@gmail.com, alexandremrrem@gmail.com, ana_cfigueiredo@yahoo.com.br, erafisa@hotmail.com, Fabiola Santos Nardoto Broxado <fabiola.nardoto@planejamento.gov.br>, "Hermon Augusto da Costa Braga Jr." <hermon.junior@gmail.com>, isisbc@hotmail.com, ismeralda.barreto@semarh.se.gov.br, arq_jenniferborges@yahoo.com.br, katia.simoies@planejamento.gov.br, viegasks@hotmail.com, ladjaneframos@yahoo.com.br, milena.sardou@uol.com.br, nathasha_borges@hotmail.com, priscilabv1908@yahoo.com.br, Djair Falcão <djair@dbf.eng.br>, guidacac@terra.com.br, sammy67@uol.com.br, a.c.marinho@hotmail.com, edvania@ufpi.edu.br, francisco.sousa@planejamento.gov.br, biologaphb@hotmail.com, neskaw@hotmail.com, anamtmarcelino@gmail.com, gazolaclaudia@gmail.com, janaina.pinheiro@planejamento.gov.br, rkatia_sc@yahoo.com.br, neilor.barbosa@planejamento.gov.br, rosedantas1@hotmail.com, sylguerra3@hotmail.com, yeda.pereira@planejamento.gov.br, leonardotinoco2@gmail.com, rosampinheiro@supercabo.com.br, sotero_adri2000@yahoo.com.br, arquitetura@unit.br, antoniolazaroufs@gmail.com, ilkaveloso@hotmail.com, chaveslais@hotmail.com, fcjecoturismo@hotmail.com, rosamsaraiva@hotmail.com, teofilo.silva@planejamento.gov.br, maria.sampaio@planejamento.gov.br, ledavb@hotmail.com, quelqs@yahoo.com.br, inez.monfardini@planejamento.gov.br, denise.telles@gmail.com, douglascerqueiragoncalves@gmail.com, dudepedra@gmail.com, fabivescovi@hotmail.com, ivanasmarques@gmail.com, leoklumb@gmail.com, rosa@a-verde.com.br, vaniakirzner@gmail.com, anaarraial@hotmail.com, anamariaes@gmail.com, andreatibau@hotmail.com, acortines@uol.com.br, kakaaffonso@hotmail.com, izaurea.areas@gmail.com, fiorito.seduma@gmail.com, qbpaticia@gmail.com, rosiary.campos@poli.ufrj.br, ventoveloz@gmail.com, ursula.hallais@gmail.com, kramosrj@yahoo.com.br, cahashimoto@gmail.com, simoeslica@gmail.com, jmilanelli@gmail.com, lpiatto@yahoo.com.br, marcos@advogadoscouto.adv.br, mayra.jankowsky@gmail.com, paulo.harkot@sinergetica.com.br, taina-garcia@hotmail.com, w.meira@terra.com.br, danielakuntz@gmail.com, feterra@terra.com.br, riqueluis@gmail.com, marcelasobral@bol.com.br, debora.barreto@planejamento.gov.br, fernanda@coopere.net, arquiteto.heiton@hotmail.com, heloise.seiboth@gmail.com, josias@coopere.net, gustavo@rcplanejamento.com.br, pedro.nasser@planejamento.gov.br, salomaoj@iap.pr.gov.br, vinicius@terradedireitos.org.br, a_vigolo@hotmail.com, lauralmoreira@hotmail.com, luceni.hellebrandt@gmail.com, michellencgeo@gmail.com, pety_cm@yahoo.com.br, biofurg@yahoo.com.br, chiaffitelli@gmail.com, carlacrivellaro@terra.com.br, padim@terra.com.br, cintia.barenho@gmail.com, kicapinto70@gmail.com, magnitudemare@gmail.com, andyocetano@gmail.com, camilasvargas@gmail.com, giseleabrahao@esferaambiental.com, tartbr@yahoo.com.br, leanabernardi@hotmail.com, cientistamarinho@gmail.com, tc.rocha.oliveira@gmail.com, anamares@terra.com.br, ch_itapoa@yahoo.com.br, deboralehmann@yahoo.com.br, lasouza@furb.br, Marcus Polette <mpolette@univali.br>, marinez@floripa.com.br, neres_bitencourt@yahoo.com.br, rafael@aprender.org.br, ricardomr.orka@gmail.com, judithpps@gmail.com, ismeraldabarreto@gmail.com, marinezscherer@gmail.com

Cco: alexandre.lemes@planejamento.gov.br, dlucarocoda@gmail.com, rosemary.rosario@planejamento.gov.br, zana@ccada.org.br, adrianamaues@yahoo.com.br, dircebrito5@gmail.com, iolenefreitas@hotmail.com, auapaba@yahoo.com.br, pepaferreira@gmail.com, soraiafailache@hotmail.com, valdecydosanjos@hotmail.com, alcirfmatos@yahoo.com.br, marcaponte@hotmail.com, iagua@oi.com.br, souza.adalberto@gmail.com, deinha.dfs@hotmail.com, Enio Ricardo <enioricardo@hotmail.com>, lessaazevedo@yahoo.com.br, mro.rosarios@gmail.com, mellbezerra@hotmail.com, robertocostafarias@hotmail.com, rca.lima@hotmail.com, nascimentodani@terra.com.br, fabianacava@hotmail.com, mariamaranhao@yahoo.com.br, re_cestari@yahoo.com.br, andre_joguelimpo@yahoo.com.br, ivaneuza@terra.com.br, juditiipps@yahoo.com.br, judithpps@gmail.com,

airton.mota@compam.ce.gov.br, edepuerari@yahoo.com.br, fabiola.martins@compam.ce.gov.br, i.falcao@hotmail.com, pragmaciotelles@gmail.com, marias.nascimento@planejamento.gov.br, rjicapui@yahoo.com.br, ambientebr@hotmail.com, rodolfo_rta@yahoo.com.br, simarafeitosa@hotmail.com, edenilo@edu.unifor.br, henriquemaguiar@hotmail.com, aninha5.melo@gmail.com, adan.nascimento@yahoo.com.br, clanaros@yahoo.com.br, clovismecator@hotmail.com, pires_dany@yahoo.com.br, guilherme.a.carvalho@planejamento.gov.br, hierlenmatos@yahoo.com.br, jussara@deurb.com.br, mer_marques@hotmail.com, paulamaria_santiago@yahoo.com.br, paulojps@hotmail.com, sergioserramar@gmail.com, ciliciadas@yahoo.com.br, elaine.pedrosa@hotmail.com, llairton@hotmail.com, romero.filho@hotmail.com, wal_fmriques@yahoo.com.br, Ariosvaldo Aguiar <ariosvaldoaguiar@yahoo.com.br>, pavla_hunka@yahoo.com.br, adriana.santos77@gmail.com, alexandremerrem@gmail.com, ana_cfigueiredo@yahoo.com.br, erafisa@hotmail.com, Fabiola Santos Nardoto Broxado <fabiola.nardoto@planejamento.gov.br>, "Hermon Augusto da Costa Braga Jr." <hermon.junior@gmail.com>, isisbc@hotmail.com, ismeralda.barreto@semarh.se.gov.br, ismeraldabarreto@gmail.com, arq_jenniferborges@yahoo.com.br, katia.simoese@planejamento.gov.br, viegasks@hotmail.com, ladjaneframos@yahoo.com.br, milena.sardou@uol.com.br, nathasha_borges@hotmail.com, priscilabv1908@yahoo.com.br, Djair Falcão <djair@dbf.eng.br>, guidacac@terra.com.br, sammy67@uol.com.br, a.c.marinho@hotmail.com, edvania@ufpi.edu.br, francisco.sousa@planejamento.gov.br, biologaphb@hotmail.com, neskaw@hotmail.com, anamtmcelino@gmail.com, gazolaclaudia@gmail.com, janaina.pinheiro@planejamento.gov.br, rkatia_sc@yahoo.com.br, neilor.barbosa@planejamento.gov.br, rosedantas1@hotmail.com, sylguerra3@hotmail.com, yeda.pereira@planejamento.gov.br, leonardotinoco2@gmail.com, rosampinheiro@supercabo.com.br, soteri_adri2000@yahoo.com.br, arquitetura@unit.br, antoniolazaroufs@gmail.com, ilkaveloso@hotmail.com, chaveslais@hotmail.com, fcjecoturismo@hotmail.com, rosamsaraiva@hotmail.com, teofilo.silva@planejamento.gov.br, maria.sampaio@planejamento.gov.br, ledavb@hotmail.com, quelqs@yahoo.com.br, inez.monfardini@planejamento.gov.br, denise.telles@gmail.com, douglascerceiragoncalves@gmail.com, dudepedra@gmail.com, fabivescovi@hotmail.com, ivanasmarques@gmail.com, leoklumb@gmail.com, rosa@a-verde.com.br, vaniakirzner@gmail.com, anaarraial@hotmail.com, anamariaes@gmail.com, andreatibau@hotmail.com, acortines@uol.com.br, kakaaffonso@hotmail.com, izaaura.areas@gmail.com, fiorito.seduma@gmail.com, qbpaticia@gmail.com, rosiany.campos@poli.ufrj.br, ventovelo@gmail.com, ursula.hallais@gmail.com, kramosrj@yahoo.com.br, cahashimoto@gmail.com, simoeslica@gmail.com, jmilanelli@gmail.com, lpiatto@yahoo.com.br, marcos@advogadoscouto.adv.br, mayra.jankowsky@gmail.com, paulo.harkot@sinergetica.com.br, taina-garcia@hotmail.com, w.meira@terra.com.br, danielakuntz@gmail.com, feterra@terra.com.br, riqueluis@gmail.com, marcelasobral@bol.com.br, debora.barreto@planejamento.gov.br, fernanda@coopere.net, arquiteto.heitoh@hotmail.com, heloise.seiboth@gmail.com, josias@coopere.net, gustavo@rcplanejamento.com.br, pedro.nasser@planejamento.gov.br, salomaoj@iap.pr.gov.br, vinicius@terradedireitos.org.br, a_vigolo@hotmail.com, lauralmoreira@hotmail.com, luceni.hellebrandt@gmail.com, michellencgeo@gmail.com, pety_cm@yahoo.com.br, biofurg@yahoo.com.br, chiaffitelli@gmail.com, carlacrivellaro@terra.com.br, padim@terra.com.br, cintia.barenho@gmail.com, kicapinto70@gmail.com, magnitudemare@gmail.com, andyoceano@gmail.com, camilasvargas@gmail.com, giseleabrahao@esferaambiental.com, tartbr@yahoo.com.br, leanabernardi@hotmail.com, cientistamarinho@gmail.com, tc.rocha.oliveira@gmail.com, anamares@terra.com.br, ch_itapoa@yahoo.com.br, deboralehmann@yahoo.com.br, lasouza@furb.br, Marcus Polette <mpolette@univali.br>, marinez@floripa.com.br, marinezscherer@gmail.com, neres_bitencourt@yahoo.com.br, rafael@aprender.org.br, ricardomr.oria@gmail.com

Prezada(o),

Vimos por meio deste convidá-la(o) a participar da **Oficina de Trabalho para apresentação e discussão das propostas de aprimoramento aos Manuais do Projeto Orla**. Esta Oficina compõe uma série de eventos a serem realizados no âmbito do projeto "Subsídios para avaliação da transferência da gestão das praias marítimas urbanas aos Municípios", coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Rio Grande e Universidade Federal de Pernambuco. Em anexo consta o convite feito pela Coordenação de Gestão de Bens de Uso da Administração Pública (Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Ministério da Economia).

O evento será no dia 30 de setembro de 2020, às 15:00, com previsão de duração máxima de 2 horas.

Será realizado *online* através da plataforma Zoom e solicitamos que inscreva-se antecipadamente para esta reunião:

https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZArD--gqzliGdankJJHYGbxY73V7Xj_4wxN

Após a inscrição, você receberá um e-mail de confirmação contendo informações sobre como entrar na reunião.

Informamos que este evento é direcionado aos Instrutores. Temos um número limitado de participantes e, por isso, reiteramos que não compartilhem o link sem autorização prévia dos organizadores.

A realização dessas oficinas tem por finalidade reunir as contribuições técnicas e informações necessárias a uma proposta metodológica para fundamentar a elaboração do Plano de Gestão Integrado da Orla e sua implementação. Assim, é imprescindível que os participantes possuam conhecimento prévio dos cinco Manuais do Projeto, que somada

à experiência adquirida com a participação em Oficinas do Projeto Orla, permitirão sua contribuição na revisão dos Manuais do Projeto Orla.

Em caso de dúvidas, envie uma mensagem para gestaodepraias@gmail.com .

Atenciosamente,

Prof.^a Dr.^a Marinez E. G. Scherer
Prof. Dr. João L. Nicolodi
Prof.^a Dr.^a Monica F. Costa



Livre de vírus. www.avg.com.



Oficio_10361464.pdf
90K

Mail Delivery System <MAILER-DAEMON@mx.uol.com.br>
Para: gestaodepraias@gmail.com

21 de setembro de 2020 16:46

This is the mail system at host a2-starfury5.uol.com.br.

I'm sorry to have to inform you that your message could not be delivered to one or more recipients. It's attached below.

For further assistance, please send mail to postmaster.

If you do so, please include this problem report. You can delete your own text from the attached returned message.

The mail system

<acortines@uol.com.br>: host mfuol.mail.sys.intranet[10.129.135.32] said: 550
RCPT TO:<acortines@uol.com.br> User unknown (in reply to RCPT TO command)

Final-Recipient: rfc822; acortines@uol.com.br
Original-Recipient: rfc822;acortines@uol.com.br
Action: failed
Status: 5.0.0
Remote-MTA: dns; mfuol.mail.sys.intranet
Diagnostic-Code: smtp; 550 RCPT TO:<acortines@uol.com.br> User unknown



noname
5K

Mail Delivery System <MAILER-DAEMON@mx.uol.com.br>
Para: gestaodepraias@gmail.com

21 de setembro de 2020 16:46

This is the mail system at host a2-starfury3.uol.com.br.

I'm sorry to have to inform you that your message could not be delivered to one or more recipients. It's attached below.

For further assistance, please send mail to postmaster.

If you do so, please include this problem report. You can delete your own text from the attached returned message.

APÊNDICE V

Convite realizado pela equipe do Projeto aos representantes de Municípios costeiros

Oficina 3: Municípios costeiros - 07 de outubro de 2020

*Conforme descrito no relatório técnico, os convites para os municípios costeiros foram enviados pela Confederação Nacional de Municípios - CNM. Abaixo estão listados todos os municípios o qual foram enviados os convites:

Região	UF	Município
NE	AL	Paripueira
NE	AL	Feliz Deserto
NE	AL	Maceió
NE	BA	Ilhéus
NE	BA	Mucuri
NE	BA	Entre Rios
NE	BA	São Francisco do Conde
NE	CE	Acaraú
NE	CE	Aracati
NE	CE	Beberibe
NE	CE	Caucaia
NE	CE	Fortaleza
NE	CE	Itapipoca
NE	CE	Icapuí
NE	CE	Jijoca de Jericoacoara
NE	PB	João Pessoa
NE	PB	Cabedelo
NE	PB	Mataraca
NE	PB	Conde
NE	PB	Lucena
NE	PE	Jaboatão dos Guararapes
NE	PE	Recife
NE	PE	Cabo de Santo Agostinho
NE	PE	São José da Coroa Grande
NE	PE	Rio Formoso
NE	PE	Sirinhaém
NE	PE	Tamandaré
NE	PE	Barreiros
NE	PE	Goiana
NE	PE	Itamaracá
NE	PE	Paulista
NE	PE	Olinda
NE	PI	Parnaíba
NE	PI	Luis Correa
NE	RN	Baía Formosa

NE	RN	São Miguel do Gostoso
NE	RN	Tibau
NE	RN	Tibau do Sul
NE	RN	Touros
NE	SE	Aracaju
NE	SE	Barra dos Coqueiros
NE	SE	Estância
S	RS	Arroio do Sal
S	RS	Balneário Pinhal
S	RS	Capão da Canoa
S	RS	Cidreira
S	RS	Imbé
S	RS	Mostardas
S	RS	Osório
S	RS	Rio Grande
S	RS	Torres
S	RS	Tramandai
S	SC	Arroio do Silva
S	SC	Balneário Camboriú
S	SC	Balneário Rincão
S	SC	Barra Velha
S	SC	Bombinhas
S	SC	Florianópolis
S	SC	Governador Celso Ramos
S	SC	Itajaí
S	SC	Itapema
S	SC	Itapoá
S	SC	Laguna
S	SC	Navegantes
S	SC	Porto Belo
S	SC	São Francisco do Sul
S	PR	Guaratuba
S	PR	Matinhos
S	PR	Pontal do Paraná
SE	ES	Aracruz
SE	ES	Anchieta
SE	ES	Fundão
SE	ES	Guarapari
SE	ES	Itapemirim
SE	ES	Marataízes
SE	ES	Piúma
SE	ES	São Mateus
SE	ES	Vila Velha
SE	ES	Vitória
SE	RJ	Angra dos Reis

SE	RJ	Niterói
SE	RJ	Saquarema
SE	RJ	Paraty
SE	RJ	Mangaratiba
SE	RJ	Araruama
SE	RJ	Iguaba Grande
SE	RJ	São Pedro D'Aldeia
SE	RJ	Cabo Frio
SE	RJ	Arraial do Cabo
SE	RJ	Búzios
SE	RJ	Casimiro de Abreu
SE	RJ	Rio das Ostras
SE	RJ	Macaé
SE	RJ	Quissamã
SE	RJ	Carapebus
SE	SP	Bertioga
SE	SP	Caraguatatuba
SE	SP	Ilha Bela
SE	SP	Guarujá
SE	SP	Mongaguá
SE	SP	Peruíbe
SE	SP	Praia Grande
SE	SP	Santos
SE	SP	São Sebastião
SE	SP	São Vicente
SE	SP	Ubatuba

APÊNDICE VI

Convite realizado pela equipe do projeto ao Ministério Público Federal (MPF) e Ministérios que Compõem o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)

Oficina 4: Membros do GI-GERCO e MPF - 21 de outubro de 2020

Nome	email	Instituição
Nilton Filho	niltonfilho@mpf.mp.br	MPF
Analúcia Hartmann	analucia@mpf.mp.br	MPF
André Casagrande Raupp	prrs-prm-cc@mpf.mp.br	Procurador da República Capão da Canoa
Darlan Airton Dias	darlan@mpf.mp.br	MPF/SC
Emedi Camilo Vizzotto	emedi.vizzotto@agu.gov.br	Procuradoria Regional da União da 4ª Região
Gisele Porto	giseleporto@mpf.mp.br	Procuradoria da República
João Freitas	joao.freitas@turismo.gov.br	MTur
Luana Miak Furmansk	luanafurmansk@mpf.mp.br	Procuradoria da República
Lucenio Zanoni da Rocha	lucenio@mpf.mp.br	MPF
Luciana Nunes Jasmim	luciana.jasmim@iphan.gov.br	IPAHN
Mário Roberto dos Santos	mariosantos@mpf.mp.br	Procurador da República
Roberta Ferrari Guizzo	roberta@mpf.mp.br	Procuradoria da República - Florianópolis
Tiago Gutierrez	tiago@mpf.mp.br	MPF
	agr@cnc.org.br	
	ana.moura@turismo.gov.br	
	anamarcelino.idema@gmail.com	
	carlos.cavalcanti@semas.pe.gov.br	
	fernanda.barbosa@idades.gov.br	
	giseleporto@mpf.mp.br	
	jamaci.junior@turismo.gov.br	
	joao.freitas@turismo.gov.br	
	leocavaleri@gmail.com	

	leonardo.souza@mma.gov.br	
	luciana.naves@turismo.gov.br	
	lyxavier@usp.br	
	marcio.mazzaro@idades.gov.br	
	marinezscherer@gmail.com	
	mpolette13@gmail.com	
	nataliacoeflecha@gmail.com	
	paula.chamy@gmail.com	
	paulo.avila@idades.gov.br	
	pompeu.marcos@gmail.com	
	ricardo.haponiuk@gmail.com	
	anapaula.ramos@mma.gov.br,	
	ricardo.ribeiro@mme.gov.br,	
	rodolfo.castro@mdr.gov.br,	
	marina.nakane@agricultura.gov.br,	
	janaina.cunha@ibama.gov.br,	
	bruna.oliveira@infraestrutura.gov.br,	
	karen.cope@mctic.gov.br,	
	rafaela.lehmann@turismo.gov.br,	
	andre.costa@defesa.gov.br,	
	demae@itamaratt.gov.br,	
	cristinacalvet@petrobras.com.br,	
	semaspernambuco@semas.pe.gov.br,	
	abema@abema.org.br,	
	semai@itapoa.sc.gov.br,	
	italo@renctas.org.br,	
	italo@gaiiconsultoria.com.br,	
	rlima@renctas.org.br,	
	turra@usp.br,	
	agr@cnc.org.br,	
	presidencia@fbha.com.br,	
	cncdf@cnc.org.br,	
	reginacardoso@cnc.org.br,	
	wanypasquarelli@cnc.org.br,	
	bruna.lafeta@cnf.org.br,	
	executivo@cnf.org.br,	
	kelly@cnf.org.br,	
	syndarma@syndarma.org.br,	
	tamiranda@anp.gov.br,	
	luciene.mignani@mma.gov.br,	
	hortencia.assis@cprm.gov.br,	
	itayana.teixeira@mdr.gov.br,	
	carolina.bittencourt@agricultura.gov.br,	
	frederico.amaral@ibama.gov.br,	
	cleber.martinez@infraestrutura.gov.br,	
	claudia.magalhães@mctic.gov.br,	
	joao.freitas@turismo.gov.br,	

	paulo.garcia@defesa.gov.br,	
	flaviopaixao@mpf.mp.br,	
	thomaz.guedes@itamaraty.gov.br,	
	denisealho@petrobras.com.br,	
	idema@rn.gov.br,	
	leon.idemarn@gmail.com,	
	guilherme.pereira@campinas.sp.gov.br,	
	contato@anamma.org,	
	leocavaleri@gmail.com,	
	marcelo.silva@cnf.org.br,	
	jbezerra@anp.gov.br	
	prap-ascom@mpf.mp.br,	
	pral-ascom@mpf.mp.br,	Procuradorias Regionais do Ministério Público
	prba-ascom@mpf.mp.br,	
	prce-ascom@mpf.mp.br,	
	pres-ascom@mpf.mp.br,	
	prma-ascom@mpf.mp.br,	
	prpb-ascom@mpf.mp.br,	
	prpr-ascom@mpf.mp.br,	
	prpe-ascom@mpf.mp.br,	
	prpi-ascom@mpf.mp.br,	
	prrj-ascom@mpf.mp.br,	
	prrn-ascom@mpf.mp.br,	
	prrs-ascom@mpf.mp.br,	
	prsc-ascom@mpf.mp.br,	
	prsp-ascom@mpf.mp.br,	
	prse-ascom@mpf.mp.br,	
	prr1-ascom@mpf.mp.br,	
	prr2-assimp@mpf.mp.br,	
	prr3-ascom@mpf.mp.br,	
	prr4-ascom@mpf.mp.br,	
	prr5-ascom@mpf.mp.br,	
	agr@cnc.org.br,	

APÊNDICE VII

Convite realizado pela equipe do Projeto aos pesquisadores/acadêmicos relacionados à temática de Gestão Costeira

Oficina 5: Membros da Academia - 27 de outubro de 2020

Nome	email	Instituição	Região
Luidgi Marchese	luidgi@gmail.com;		S
Fernanda Terra Stori	fernanda.stori@ucc.ie; f.terra.stori@gmail.com;		
Carla Isobel Eliff	carlaeliff@gmail.com;	USP	SE
Alexander Turra -	turra@usp.br ; alexander.turra@gmail.com;	USP	SE
Luciana Xavier	lyxavier@usp.br;	USP	SE
Leandra Gonçalves	goncalvesleandra@gmail.com;	USP	SE
Debora Freitas	debora.freitas@unesp.br;	UNESP	SE
Ronaldo Christofolleti	ronaldochristofolletti@gmail.com;	UNIFESP	SE
Nelson Gruber	nelson.gruber@ufrgs.br;	UFRGS	S
Milton Asmus	docasmus@gmail.com;	FURG	S
Gabriela Camboim Rockett	gabriela.rockett@gmail.com;	UFRGS	S
Gerson Fernandino	gerson.fernandino@ufrgs.br;	UFRGS/CLN	S
Paulo Roberto Tagliani	paulotagliani16@gmail.com;	FURG	S
Marcus Polette	mpolette13@gmail.com;	UNIVALI	S
Rosemeri Marenzi	merimarenzi@univali.br;	UNIVALI	S
Isa de Oliveira Rocha	isa.rocha@udesc.br;	UDESC	S
Davi Dantas	david.dantas@udesc.br;	UDESC Laguna	S
Jaqueline Albino	albino.jacqueline@gmail.com;	UFES	SE
Gilberto Fonseca Barros	gfbarroso@gmail.com;	UFES	SE
Cristiano Ramalho	cristianownramalho@gmail.com; cristiano.ramalho@ufpe.br;	UFPE	NE
Fabio de Oliveira Mattos	fabiomatos@ufc.br;	UFC - Labomar	NE
Fabio Perdigão	fabio.perdigao@uece.br;	UECE	NE
Jeovah Meirelles	meireles@ufc.br;	UFC	NE
Davis de Paula	davispp@yahoo.com.br;	UECE	NE
Briana Bombana	briana.bombana@e-campus.uab.cat;		
Eduardo Brandão	ebrandao@ufpa.br; edujcbrandao@gmail.com;	UFPA	N
Sury de Moura	sury@ufpa.br;	UFPA	N
Luci Cajueiro	cajueiro@ufpa.br;	UFPA	N
João Luiz Baptista de Carvalho	jlb.carvalho@hotmail.com;	UFPA	N
Iracema Reimão	iracemars@yahoo.com.br;	UFBA	NE
José Rodrigues Souza Filho	jrsouzageografia@gmail.com;	IFBA	NE
Tania Marques Strohaecker	tania.strohaecker@ufrgs.br;	UFRGS	S
Luana Portz	luanaportz@gmail.com;	CUC	EX
Dieter Muehe	dieter.muehe@gmail.com;	UFRJ	SE
Carlyle Torres Bezerra de Menezes	cbm@unesp.net;	UNESC	S
Juliano Bittencourt Campos	jbi@unesp.net;	UNESC	S
Flavia Lins de Barros	flaviamlb@gmail.com;	UFRJ	SE
Raquel Deziderio Souto	raquel.deziderio@gmail.com;	UFRJ	SE

Katia Leite Mansur	katia@geologia.ufrj.br;	UFRJ	SE
Barbara Franz	barbara_franz@id.uff.br;	UFF	SE
Sergio Ricardo da Silveira Barros	sergiobarros@id.uff.br;	UFF	SE
Fábio Ferreira Dias	fabioferreiradias@id.uff.br;	UFF	SE
Daniel Telles	daniel.hqt@gmail.com;	UFPR	S
Leilianne Barreto	leiliannebarreto@hotmail.com;	UFRN	
Érico Porto Filho	ericoportofilho@uol.com.br	UFSC	S
Claudia Santos	biolsantos@hotmail.com;	ex Univali	S
Carlos Henrique Santos da Silva	carlos-henriquess@hotmail.com;	IMESC	N
Iracilde Maria de Moura Fé Lima	iracildefelima@ufpi.edu.br;	UFPI (Piauí)	NE
Flávia Rebelo Mochel	flavia.mochel@gmail.com;	UFMA	NE
Francine Sakata	francinesakata@gmail.com;		
Silvio Macedo	ssmduck@usp.br	USP	SE
Alexandra Reschke	alexandra.reschke@planejamento.gov.br		
Ademilson Zamboni	ajzamboni@gmail.com		
Marcia Oliveira	marcia.oliveira@mma.gov.br;		
Victor Zveibil	victorz.ambiente@gmail.com;		
Andrea Olinto	andreaolinto@semas.pe.gov.br; andreaolinto@gmail.com		NE
Fabiola Nardoto	fabiola.nardoto@planejamento.gov.br;		
Ricardo lanzarini	ricardolanzarini@gmail.com	UFRN	NE
Maamar El Robrini	robrini@ufpa.br	UFPA	N



Convite PROJETO ORLA - Oficina de trabalho dia 27 de outubro

19 mensagens

Gestão de Praias <gestaodepraias@gmail.com>

19 de outubro de 2020 14:46

Para: Nugep Spu <nugep-spu@planejamento.gov.br>

Cc: luidgi@gmail.com, fernanda.stori@ucc.ie, f.terra.stori@gmail.com, carlaeliff@gmail.com, Alexander Turra <turra@usp.br>, alexander.turra@gmail.com, Luciana Yokoyama Xavier <lyxavier@usp.br>, goncalvesleandra@gmail.com, debora.freitas@unesp.br, ronaldochristofolletti@gmail.com, nelson.gruber@ufrgs.br, docasmus@gmail.com, gabriela.rockett@gmail.com, gerson.fernandino@ufrgs.br, paulotagliani16@gmail.com, mpolette13@gmail.com, merimarenzi@univali.br, isa.rocha@udesc.br, david.dantas@udesc.br, albino.jacqueline@gmail.com, gfbarroso@gmail.com, cristianownramalho@gmail.com, cristiano.ramalho@ufpe.br, fabiomatos@ufc.br, fabio.perdigao@uece.br, meireles@ufc.br, davispp@yahoo.com.br, briana.bombana@e-campus.uab.cat, Eduardo Brandão <ebrandao@ufpa.br>, edujcbrandao@gmail.com, sury@ufpa.br, cajueiro@ufpa.br, jlb.carvalho@hotmail.com, iracemars@yahoo.com.br, jrsouzageografia@gmail.com, tania.strohaecker@ufrgs.br, luanaportz@gmail.com, dieter.muehe@gmail.com, cbm@unesp.net, JULIANO BITENCOURT CAMPOS <jbi@unesp.net>, flaviamlb@gmail.com, raquel.deziderio@gmail.com, katia@geologia.ufrj.br, Barbara Franz <barbara_franz@id.uff.br>, sergiobarros@id.uff.br, fabioferreiradias@id.uff.br, daniel.hqt@gmail.com, leiliannebarreto@hotmail.com, biolsantos@hotmail.com, carlos-henriquess@hotmail.com, iracildefelima@ufpi.edu.br, flavia.mochel@gmail.com

Prezados,

Vimos por meio deste convidá-la(o) a participar da **Oficina de Trabalho para apresentação e discussão das propostas de aprimoramento aos Manuais do Projeto Orla**. Esta Oficina compõe uma série de eventos a serem realizados no âmbito do projeto "Subsídios para avaliação da transferência da gestão das praias marítimas urbanas aos Municípios", coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Rio Grande e Universidade Federal de Pernambuco. Em anexo consta o convite feito pela Coordenação de Gestão de Bens de Uso da Administração Pública (Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Ministério da Economia).

O evento será no dia 27 de outubro de 2020, às 10:00, com previsão de duração máxima de 2 horas.

Será realizado **online através da plataforma Zoom** e solicitamos que **inscreva-se antecipadamente** para esta reunião através do link:

<https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZMpcumgpz0tG9O5YpnkyKcwwlv-BurpZaei>

Após a inscrição, **você receberá um e-mail de confirmação contendo informações sobre como entrar na reunião.**

Informamos que este evento é direcionado aos pesquisadores e acadêmicos que possuem experiência e/ou trabalhos científicos relacionados ao Projeto Orla e Gestão de Praias. Temos um número limitado de participantes, entretanto **solicitamos que enviem o link de inscrição aos demais colegas que atuam com o tema de Gerenciamento Costeiro, Projeto Orla ou Gestão de Praias.**

A realização dessas Oficinas tem por finalidade reunir as contribuições técnicas e informações necessárias a uma proposta metodológica para fundamentar a elaboração do Plano de Gestão Integrado da Orla e sua implementação. Assim, é imprescindível que os participantes possuam conhecimento prévio dos cinco Manuais do Projeto, que somada à experiência adquirida com a participação em Oficinas do Projeto Orla, permitirão sua contribuição na Oficina.

Em caso de dúvidas, envie uma mensagem para gestaodepraias@gmail.com.

Atenciosamente,

Prof.^a Dr.^a Marinez E. G. Scherer

Laboratório de Gestão Costeira Integrada

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. João L. Nicolodi

Grupo de Ações Integradas em Gerenciamento Costeiro

Universidade Federal do Rio Grande

APÊNDICE VIII

Contribuições vindas via Google Formulários

Carimbo de data/hora	Nome	Vínculo institucional	Comentários	Críticas	Sugestões
9/16/2020 15:38:31	Ana Macelino	IDEMA/RN	É importante que no diagnóstico sejam identificados os segmentos sociais que ocupam os espaços da orla tradicionalmente, para serem inseridos no planejamento e assegurem seus espaços de moradia. Poderia ser pensado outras estratégias, porque ao que parece, essas pessoas nem sempre participam das oficinas. Aqui no RN chegamos a fazer oficinas por segmento, o que não é muito frutífero porque o debate não acontece e os conflitos não vem à tona.	Os manuais poderiam ser traduzidos para compreensão das pessoas mais simples. Ainda são muito técnicos. Atende aos instrutores e aos representantes governamentais e empreendedores. Sinto saudade do jogo do Orla. Com ele essa compreensão se viabilizava mais claramente. Acredito que foi retirado porque os conflitos vinha à tona. Mas a orla é local de conflito! Precisamos saber encaminhar isto.	Trabalhar melhor a questão dos conflitos de terra e os socioambientais no geral, para apontar para soluções viáveis, principalmente nas áreas administrada pela União ou pelos municípios.
9/16/2020 16:12:16	Sidney Vieira da Silva	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade		O que pode ser feito para que os gestores municipais de fato valorizem as demandas do PGI Orla?	
9/29/2020 9:16:10	Maurício Roberto Nascimento Martins	Servidor - SPU-PR	1) Estabelecer a necessidade e a oportunidade de participação presencial das SPU-UF nas Oficinas; 2) Analisar a carga horária efetiva das Oficinas visando racionalização do tempo; 3) Utilização de ferramentas de T.I. para o preenchimento das tabelas de forma compartilhada, visando celeridade do processo;	Apesar da diversidade do público que terá acesso aos manuais, acreditamos que poderiam ser mais técnicos, facilitando desta forma a padronização de linguagem e utilização das ferramentas tecnológicas já disponíveis e em uso;	1) Utilização de fotos e imagens de satélite ao invés de ilustrações; 2) Padronizar utilização de georreferenciamento para identificação e tipificação da áreas e espaços de intervenções; 3) Fazer constar do Manual de Gestão, cargas horárias sugeridas para cada etapa das oficinas, destinando mais tempo para as ações mais importantes; 4) Uso de material na confecção dos manuais de menor custo;
9/30/2020 17:06:06	marcos lopes couto	Advogado	Estou convencido que conteúdos de competências e limites legais de natureza institucional e espacial deva ser integrado. Não entendo haver dúvidas ou dificuldades na predefinição de limitações legais de natureza ambiental: natural, artificial ou social. As competências ambientais são concorrentes mas a uma limitação de ordem restritiva, ou seja, uma regra limitativa ambiental não pode ser flexibilizada em conflito com outra legislação, logo, um Plano diretor não pode revogar uma APP de maguezal, pois a APP de maguezas esta descrita no Código Florestal;	Creio ser necessário organização com maiores ocorrências de tempo e participação	Elaborar reuniões temáticas para poder aprofundar temas específicos.
9/30/2020 22:57:13	Jussara M Nogueira	Universidade Estadual do Maranhão		Minha crítica foi comentada hoje, muita repetição e conflito de informações. Isto traz dúvidas e insegurança.	Juntar a legislação federal que orienta as ações do projeto orla - incluir e fazer alguns comentarios para orientação.
10/26/2020 14:55:01	Iolene Freitas de Azevedo	Técnica em Gestão de Meio Ambiente	Deve-se considerar as bases legais atuais para o ordenamento dos espaços de Orla no Brasil, na medida em que temos, hoje, diretrizes para as orlas marítimas urbanas e não urbanas, quando se tratar de Adesão à Gestão de Praias.	Criar mecanismos de envolvimento dos municípios, para que estes percebam a importância estratégica de gestão que tem um PGI. Fazer com que os gestores municipais tenham a certeza de execução das ações ali elencadas, na perspectiva de utilização de recursos públicos destinados.	Que a elaboração da agenda prioritária das ações elencadas no PGI, seja construída na Audiência Pública de legitimação deste instrumento de gestão.
10/27/2020 10:19:19	Cláudia Regina dos Santos	UNIVALI			incluir orientações ou criar modelo de redação do documento PGI; atualizar os exemplos no manual com problemas da atualidade; falar de adaptação às mudanças climáticas, lixo no mar, fala da gestão no mar; acessos à orla e seu impedimento; aprofundar as responsabilidades de cada parte incluindo o instrutor; falar sobre políticas importantes incidentes na orla; apresentar ideias de como solucionar alguns problemas; fortalecer a participação (dar ideias de como mobilizar os diferentes setores)

10/27/2020 11:37:48	Maria da Conceição Silva Rosa	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA)	<p>Entendemos que a metodologia aplicada no processo de elaboração dos diagnósticos, bem como nas oficinas participativas e na construção da Versão preliminar no PGI contemplam os princípios de uma gestão costeira integrada, compartilhada e participativa. Nossa ressalva encontra-se na etapa de Análise e Aprovação, isto porque no fluxograma de implantação, após a análise e elaboração de Parecer, a etapa subsequente é análise pela Coordenação Nacional. Considerando que a composição da Coordenação Nacional encontra-se indefinida, que as atribuições e o quadro técnico de MMA e SPU estão sendo remodelados, assim como o tempo de análise e retorno pela Coordenação Nacional era considerável, em alguns casos, até sem retorno, sugerimos que esta etapa de análise e aprovação seja realizada e finalizada pelas Comissões Técnicas e Comitês Técnicos estaduais, que são compostos por instituições que também possuem capacidade técnica e experiência na área para realizar tal etapa.</p>	<p>As dificuldades e desafios enfrentados são inúmeros, mas destacamos a falta de priorização da gestão estadual nas ações voltadas ao gerenciamento costeiro, o que dificulta sobremaneira a implantação do Projeto Orla enquanto instrumento de gestão. E neste contexto destacamos a necessidade de se amarrar juridicamente a implantação do Projeto, pois o fato de permanecer voluntário, dependemos da vontade política dos gestores, o que dificulta a adesão e fragiliza a implantação das ações. E por fim, mas não menos importante, é o recurso financeiro. O fato de não termos orçamento definido para implantar o Projeto Orla, provoca o desinteresse dos gestores não só estaduais, mas, e principalmente, os municipais. Destarte, precisamos pensar em um instrumento que assegure recursos financeiros para o projeto, ou minimamente, identificar de forma certa, onde os municípios podem acessar tais fontes.</p>	<p>Aproveitarei a oportunidade para puxar a brasa para nossa sardinha, e sugerir que neste processo de revisão, seja resgatada a proposta de criação do 6º Manual do Projeto Orla, voltado para a realidade amazônica. Esta proposta foi iniciada em 2009 por meio da assinatura de um Termo de Cooperação entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a SPU/PA objetivando adequar a metodologia do Orla Marítimo a realidade da região amazônica. E Acreditamos ser muito oportuno esse resgate por conta da Publicação da Lei 13.813/2019 que trata da transferência da gestão de praias e na qual nossos ambientes costeiros estão contemplados. Também é uma forma de valorizarmos todo o esforço empregado em sua elaboração, o tempo, o recurso financeiro e energia técnica.</p>
10/28/2020 16:46:36	Fernanda Terra Stori	Pesquisadora em nível de pós-doutorado no MaREI/Environmental Research Institute/University College Cork	<p>A nova proposta apresentada para o processo de aprovação do PGI se por um lado busca ser bastante abrangente e transparente, por outro está considerando um prazo muito longo para a conclusão do processo: 10 meses no mínimo, caso tudo corra bem. Há que se pensar quais seriam os prejuízos de se ter um processo tão prolongado, como desmobilização, troca de gestão, troca de servidor público, etc. O mesmo deve ser ponderado em caso de processo de revisão ou emendas no PGI, os quais poderiam ter um procedimento mais agilizado. Como tornar o processo mais ágil?</p>	<p>Os fundamentos estão desatualizados e faltam bases conceituais recentes na esfera da gestão ecossistêmica e planejamento costeiro-marinho integrado. A modernização das bases conceituais seria interessante não só para atualizar os instrutores em relação aos novos conceitos, mas também para conscientizar os cidadãos que serão envolvidos no processo. Da mesma forma, aparentemente, o Projeto Orla está mais focado em atender aos interesses da gestão patrimonial e falha em trazer o planejamento do território sob a perspectiva da sustentabilidade num futuro onde as mudanças climáticas já são fatores indiscutíveis para o planejamento costeiro.</p>	<p>Para atender às críticas colocadas na questão anterior sugiro a realização de uma atualização da abordagem científica trazida pelo Projeto Orla. Por exemplo, há a necessidade de trazer os conceitos de bens e serviços ecossistêmicos para que os cidadãos entendam a importância da conservação dos ecossistemas costeiros, os quais servem como soluções baseadas na natureza para ações de adaptação às mudanças climáticas. Abordagens que não existiam na época do lançamento dos manuais devem ser trazidas ao instrutor e ao público participante, como Planejamento Espacial Marinho, Economia Azul, Carbono Azul. Adaptação às Mudanças Climáticas, dentre outras. Ainda, há a necessidade de uma atualização do arcabouço legal e conceitual sobre participação social e direitos das comunidades tradicionais sobre seus territórios.</p> <p>Durante a oficina para o setor acadêmico, foi nitido o desejo dos participantes em colaborar com o Projeto Orla, e eu vejo duas formas de envolver a academia neste esforço:</p> <p>(1) A primeira seria a elaboração de uma rede de pesquisadores a qual poderia fornecer suporte aos municípios e aos instrutores para a elaboração do PGI com base nas informações científicas disponíveis (nem na "melhor informação disponível", nem na "pior informação disponível" - se é que esta última existe - mas em todas as informações disponíveis e necessárias), assim esses pesquisadores poderiam participar das oficinas e serem acionados sempre que necessário para o entendimento de algum processo, seja ele natural, legal, ou social;</p> <p>(2) A segunda seria a mobilização dessa rede de pesquisadores para a elaboração de um novo manual de fundamentos que abarque esses novos conceitos (além de outros não mencionados acima e que podem surgir de acordo com a expertise dos pesquisadores envolvidos) na forma de uma publicação conjunta, dividida em capítulos temáticos, onde cada grupo ficaria responsável por desenvolver conteúdo específico e atualizado.</p> <p>Seria um grande legado deste projeto de atualização dos manuais do Orla uma publicação neste sentido, que venha atender às ações globais tanto da Década da Ciência dos Oceanos e ainda da Alfabetização sobre Oceanos (ocean literacy).</p>

10/29/2020 11:52:41	Maria Judith Póvoa Passos	Instrutora do Projeto Orla	Dada a sua importância a etapa entre as Oficinas I e II denominada Consolidação com Audiências Públicas Intermediárias, além de mudança na denominação, deve ser considerada como atividade a ser desenvolvida e acompanhada também pelo Instrutor/Facilitador.	Apesar de na votação durante a capacitação o nome Facilitador tenha vencido, considerando que a denominação Instrutor consta em todos os materiais já publicados, em todos os certificados já emitidos (2006, 2007 e 2020), nos sites das instâncias governamentais e das OSC dos municípios costeiros sugiro Instrutor/Facilitador.	Para a obtenção de um diagnóstico o mais preciso possível, base fundamental da regulamentação de Orla Orla, se faz necessário a participação do Instrutor/Facilitador na etapa intermediária entre as Oficinas I e II, que pode ser denominada Mini Oficinas, Oficinas Intermediárias, de Legitimação ou outra em substituição à Consolidação* indicando numa respectiva targeta laranja – Apresentação do resultado da Oficina I, complementação (diagnóstico) e consolidação dos cenários desejados.	Entre as atribuições da Coordenação Municipal² - "Apresentar e justificar a composição preliminar do grupo de atores a ser capacitado." e o número estimado de Mini Oficinas. Sugiro que estas informações constem no edital de licitação do Projeto Orla, para que o Instrutor/ Facilitador possa mensurar os custos de todo o processo de implantação, elaboração e aprovação do PGI da Orla, inclusive se há ou não necessidade de auxílio de outro(s) Instrutor/Facilitador.	Sugiro nas etapas do Projeto Orla³ : III. Consolidação com Mini Oficinas V. Preparação para Audiência Pública VI. Audiência Pública
10/29/2020 16:23:02	Wersângela Cunha Duavi	Técnica da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará-SEMA	Conciliar as propostas de ações e medidas com as metas das ODSs.	A maior dificuldade encontram-se em conseguir uma participação ativa da população durante as oficinas.	Considerando que as Mini Oficinas objetivam a consolidação do diagnóstico e dos cenários desejados, e para isso é necessário no mínimo as presenças de representantes do poder público municipal, de setores da sociedade e da comunidade local, enquanto na Audiência Pública "vislumbra a comunicação entre vários setores da sociedade e as autoridades públicas" com presenças imprescindíveis para tomada conjunta de decisão para aprovação do PGI da Orla, ambas intermediadas pelo Instrutor /Facilitador.	Considerando aprovado o uso do termo Mini Oficinas ou outro similar se farão necessárias adequações no Guia de Implementação, no Manual de Gestão e Implementação em Território com Urbanização Consolidada, que já as realizei preliminarmente escritas à lápis nos módulos, possibilitando serem sugeridas em próximo encontro virtual do grupo de discussão, ou se solicitadas posso encaminhá-las assim que sistematizadas.	¹ Guia de Implementação - Quadro 6, pag. 26 ² Guia de Implementação - pag. 18 ³ Implementação em Territórios com Urbanização Consolidada - pag. 25 e pags. 30 a 36
11/11/2020 12:18:56	Maria de Fátima Vinhas de Almeida	Consultora Autônoma - Já Coord GERCO/BA e o Projeto Orla 2000/2011	1º estava ausente por isso envio hj as repostas	Inseri tudo no item sugestões	<ul style="list-style-type: none"> - Publicizar a Versão Minuta do PGI antes da Audiência pública no site da prefeitura; - Mudar o realização da Audiência pública antes de ir para análise da CTE; - As atribuições do Comitê Gestor serem absorvidas por outro conselho já instituído, com as mesmas características, que tenha atuação e participação já consolidadas, como os CONDEMAS; - Realizar mini oficinas, em outros horários, para atender as demandas dos participantes que trabalham em horário comercial e não podem participar integralmente da oficina; - É fundamental a participação da OEMA e a SPU/UF nos Comitês Gestores; - Inserir o Projeto Orla nas análises dos licenciamentos ambientais. O empreendedor deve ser adequar às diretrizes listadas no Projeto Orla; - Compatibilizar os planos de manejo das UCs Costeiras e o PGI; - Recomendações para a condução das oficinas (listar tipos de metodologia); - Inserir o papel do instrutor/moderador detalhadamente no manual "Guia de implementação". <p>- Poderia simplificar a classificação da orla e colocar de forma mais clara a figura tradicional da delimitação da orla que para muitos é confusa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição das ações deveriam ser planejadas de forma mais diretas qd o município não tem aprovado o PDDU e garantir sua compatibilização qd o município tiver o PDDU (PDDU ou outro plano municipal de referência para a área d orla marítima, principalmente o zoneamento) - Regras mais claras nas oficinas: número de participantes, responsabilidade do município nas minis oficinas entre as 2 oficinas principais do Projeto <ul style="list-style-type: none"> - Regular o projeto no município desde o início do processo - Pré-diagnostico com participação da sociedade para garantir os dados existentes, obtidos e os que vão ser estudado - garantir que haja observação da área de influência do projeto seja ela direta ou indireta, principalmente na hora de estudar e definir as propostas - Orientação de como subdividir a orla de um município qd está tiver grd extensão (exemplo a orla de Salvador, de Vera Cruz) <ul style="list-style-type: none"> - Identificar as funções do instrutor qd não houver uma coordenação estadual atuante - Instrutor ou Facilitador??? - Normas para garantir que o instrutor conclua o processo qd não houver motivos de força maior - Instrutor acompanhar por um período (por exemplo mínimo de 6 meses) a implantação do PGI - Modelo para norma legal de criação do grupo de trab municipal com suas respectivas responsabilidades - Orientações qd houver conflitos socioeconômicos ambientais e turísticos na área do projeto <p>- Um meio de comunicação entre os instrutores para troca de experiencias, sugestões, contribuição nas diversas questões inclusive durante o processo de uma oficina</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de orla fluvial, tendo em vista q há municípios sem orla costeira q estão querendo o projeto 		
11/6/2020 15:28:06	Luciana Regina Petry Anele	FEPAM - Analista Ambiental	Não tenho a prática de aplicação dos manuais, mas acho a metodologia muito boa. O papel dos estados me parece meio confuso.	A necessidade de envolvimento do corpo técnico das diferentes secretarias municipais tem que ser bastante destacada, pois é básica para a implementação. Além disso, envolver os diferentes atores sociais da orla é fundamental.	Sem sugestões.		

11/6/2020 15:35:52	Rosemeri Carvalho Marenzi	UNIVALI	<p>O modelo de Oficinas deve continuar, pois são bastante produtivas. Contudo, muitas vezes há necessidade de realização a noite, quando há mais possibilidade de participação. Neste caso, os períodos de 5 e 3 dias podem ser estendidos, inclusive com a saída de campo no fim de semana.</p> <p>Penso que o item Cronograma no Modelo do Documento Projeto Orla é confuso no sentido de que se tem que "casar" com os prazos das ações e medidas previstas. Isto deve ser melhor explicado no Manual. Acredito que o grau de exposição da orla, que aparece no manual, não mostra uma forma científica de classificação da mesma em abrigada, semi-abrigada e exposta. O Professor Dieter oferece uma análise e enquadramento do tipo de orla com base na declividade e características granulométricas que poderia ser adotada.</p>	Ver comentários acima	Ver comentários acima
11/6/2020 16:26:29	Fábio Ferreira Dias	UFF	<p>A participação no processo de diagnóstico e na formulação de cenários para a orla é um processo enriquecedor, empoderador e de aprendizado. Estas etapas mesmo que não viabilizem a implantação posterior do Projeto Orla criam uma base de informações que até hoje está dispersa pelos municípios. No âmbito da praticidade da gestão costeira são essas informações que são utilizadas, ao contrário de produtos estáticos e por vezes desatualizados como alguns dos mapeamentos. Neste sentido, aproveitar este processo de participação e garantir que as informações disponibilizadas possam ser acessadas ou mesmo revisadas junto ao colaborador é manter uma base para as revisões e para a efetiva gestão costeira. Em outras palavras, o processo pode ser mais acessível e os produtos mais dinâmicos (nessa ordem). É uma dificuldade atrelada a qualquer construção de programas, documentos e diretrizes de planejamento: considerar sua dinâmica de evolução quando construído no âmbito de um longo caminho de etapas (que conta ainda com a rigidez da Administração Pública em algumas delas). Recentemente, algumas iniciativas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente referentes a Espécies Exóticas Invasoras estão mostrando um grande avanço no sentido de se aproveitar este processo de participação e deixá-lo mais acessível, do mesmo modo que começam a apontar para produtos finais mais dinâmicos e digitalizados (vale consultar a equipe do Pró-Espécies e da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras).</p>	<p>As mudanças climáticas com suas preocupações do nível do mar e os efeitos na costa poderiam ser abordadas em algum número do projeto orla.</p>	<p>Formas de levantamento de áreas impactadas com a subida do nível do mar, de danos sociais e econômicos e medidas de adaptação podem ser oferecidas em algum manual futuro.</p>
11/6/2020 21:06:44	Nilton Euripedes de Deus Filho	Ministério Público Federal	<p>A participação no processo de diagnóstico e na formulação de cenários para a orla é um processo enriquecedor, empoderador e de aprendizado. Estas etapas mesmo que não viabilizem a implantação posterior do Projeto Orla criam uma base de informações que até hoje está dispersa pelos municípios. No âmbito da praticidade da gestão costeira são essas informações que são utilizadas, ao contrário de produtos estáticos e por vezes desatualizados como alguns dos mapeamentos. Neste sentido, aproveitar este processo de participação e garantir que as informações disponibilizadas possam ser acessadas ou mesmo revisadas junto ao colaborador é manter uma base para as revisões e para a efetiva gestão costeira. Em outras palavras, o processo pode ser mais acessível e os produtos mais dinâmicos (nessa ordem). É uma dificuldade atrelada a qualquer construção de programas, documentos e diretrizes de planejamento: considerar sua dinâmica de evolução quando construído no âmbito de um longo caminho de etapas (que conta ainda com a rigidez da Administração Pública em algumas delas). Recentemente, algumas iniciativas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente referentes a Espécies Exóticas Invasoras estão mostrando um grande avanço no sentido de se aproveitar este processo de participação e deixá-lo mais acessível, do mesmo modo que começam a apontar para produtos finais mais dinâmicos e digitalizados (vale consultar a equipe do Pró-Espécies e da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras).</p>	<p>Como só fui participante em uma das oficinas não tenho nenhum descontentamento no que se refere ao processo. Pelo contrário, é um grande espaço de aprendizado. No entanto, creio que os processos podem evoluir para algo mais contínuo, para que não sejam uma visita do grupo de instrutores a cada extenso intervalo de anos, o que de certa forma, cria a desconfiança e o afastamento posterior dos participantes.</p>	<p>Os manuais não podem ser estáticos no tempo, requerem marcos/revisões, mas pelo fato desses manuais serem uma espécie de publicação de consulta requerem também a facilidade de acesso. Como trazem orientações para o trabalho dados qualitativos e informações geoespacializadas, esses manuais podem avançar no sentido de serem disponibilizados, ou mesmo constituírem, uma plataforma digital de informações. São diversos exemplos em que plataformas são utilizadas para concentrar não só dados, mas também normativas, diretrizes e manuais de atuação. Ressalta-se que não é uma plataforma de concentração de dados. No caso dos manuais em questão, construir uma plataforma pode encontrar dificuldades na quantidade e diversidade de informações referentes a gestão costeira, por outro lado, uma plataforma digital é uma via de comunicação direta com os responsáveis pela elaboração, execução, revisão e colaboradores do Projeto Orla. Nesse caso, pela própria rede de instituições colaboradoras com a Revisão, a consideração de espaços digitais como uma plataforma pode ser facilitada. Vide os inúmeros projetos de acessibilidade digital dos Ministérios do Governo Federal, os quais possuem cooperações técnicas e convênios com toda a estrutura e corpo técnico disponível para o desenvolvimento de projetos.</p>
11/9/2020 10:13:45	David Valença Dantas	Universidade do Estado de Santa Catarina	<p>Frente a crescente demanda dos municípios para implementação do Projeto Orla, ainda é difícil entender como serão os processos de capacitação dos monitores do Projeto Orla e como vai funcionar as oficinas nos municípios.</p>	<p>A minha principal crítica em relação aos documentos relacionado ao PNGC era a grande dificuldade de se encontrar os documentos. Atualmente o problema melhorou mas a falta de continuidade de informações com as trocas de gestão em relação aos poderes executivos em todos os níveis dificulta as pesquisas e a concentração dos documentos.</p>	<p>Não sei quem seriam os responsáveis, e em que nível deveria acontecer, mas falta publicidade em relação ao PNGC e ao Projeto Orla. Essa falta de publicidade dificulta a participação da sociedade de maneira geral.</p>
11/9/2020 12:18:06	Debora Martins de Freitas	Universidade Estadual Paulista (UNESP)			

11/9/2020 16:28:58	João Lessa de Azevedo	Diretor de Desenvolvimento Sustentável/Secretaria Municipal de Planejamento de Maragogi	O Município de Maragogi por termos 22 km de praia, é o segundo pólo de turismo indutor de Alagoas com uma rede de hospitalidade crescente. Temos 40% de nossa orla saneada e precisamos ampliar e melhorar essa malha de redes de coleta e tratamento dos dejetos para 100% de nossa orla. Estamos concluindo o Projeto Orla com a audiência pública, a qual foi adiada de março de 2020 para 10/12/2020, devido a pandemia, algumas ações estruturantes já foram implementadas, outras estão por fazer devido a situação de alerta sanitária da saúde no Brasil. As grandes ações estruturantes necessitam de suporte de investimentos com o governo federal para serem concretizadas.		Dinamizar as oficinas e reduzir a quantidade de horas: 1a oficina antes com carga de 40h (5 dias), passar para 24h (três dias). A 2a oficina com carga horária de 24h (3dias), passar para carga horária de 16h (dois dias). Facilitar o aporte financeiro para os municípios, junto as instituições do governo federal para implementar as ações estruturantes definidas no PGI e as demais demandadas pelo Comitê Gestor. Em Maragogi o P.O. foi estabelecido em duas etapas, devido à extensão territorial das praias, 1a etapa 10km e 2a etapa com 12km.
11/9/2020 18:46:32	Roseane Galeno	Prefeitura	Penso que a metodologia aplicada deveria ser mais didática e dialogar com outros instrumentos de planejamento das cidades.	O passo a passo do manual não é didático. Na prática é pouco funcional e de difícil aplicação. Deve dialogar com os instrumentos de gestão urbana e com os planos de manejo de Ucs.	Atualização da componente normativa e inclusão de elementos como o PANs e Planos de Manejo de Ucs. Inclusão dos aspectos de Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos informais; Diálogo com outras políticas públicas ambientais como a PNRH e Comitês de Bacias; Interface com a Política Nacional de Mudanças Climáticas; Inclusão no processo de formação dos atores sobre os mecanismos de adaptação, mitigação e resiliência de comunidades costeiras.
11/9/2020 18:58:38	Roberta Ferrari Ghizzo	Servidora do MPF - Assessora Pericial em Arquitetura - Assessoria Nacional de Perícia em Meio Ambiente			<p>Os comentários abaixo referem-se às propostas apresentadas durante a Oficina:</p> <p>1. Participação popular</p> <p>Acredito que considerar o "planejamento participativo" como uma etapa (Etapa 3) é incompatível com a gestão democrática, uma das diretrizes gerais da política urbana prevista no Estatuto da Cidade (art. 2º, II, da Lei 10257/2001), a qual prevê a participação da população na formulação, execução e acompanhamento de planos, projetos e programas de desenvolvimento urbano. Portanto, é essencial que sejam previstos canais de participação popular em todas as etapas (desde a organização e articulação até o monitoramento e avaliação).</p> <p>2. Área de Planejamento Direto</p> <p>A divisão da orla em área de planejamento direto e indireto não parece contribuir com o necessário planejamento integrado da orla. Acredito, por outro lado, que pode ter efeitos prejudiciais relevantes ao meio ambiente urbano, ao induzir o planejamento da faixa de praia de forma desintegrada com a área adjacente.</p> <p>2.1. Quanto à definição de área de planejamento direto (APD)</p> <p>A delimitação da APD já é uma dificuldade por si só. Qual a definição de área urbana e não urbana a ser considerada para a delimitação da APD? O plano diretor? A densidade habitacional? O grau de artificialidade e urbanização da orla? Ou seja, estar em área urbana não significa necessariamente um alto grau de artificialidade da orla (existência de calçadas, vias etc.) Em Florianópolis, por exemplo, existem praias com uma significativa ocupação urbana na faixa dos 200 m da orla, mas que ainda preserva ambientes naturais adjacentes à praia (restinga, dunas etc). Nesse caso, ao invés de estimular a preservação de tais áreas e, inclusive, a eventual remoção de ocupações irregulares que avançam em tais áreas, a classificação em "área urbana" já indicaria a necessidade de "encontrar" uma infraestrutura urbana para a definição da ADP. Cabe ressaltar, ainda, que, em muitos casos, a primeira intervenção na orla são casas, piscinas etc. (regulares ao não).</p> <p>Assim, a definição do limite da APD em muitas situações é justamente a definição do limite do ambiente natural que será preservado ou não. Presumir que nas áreas urbanas sempre terá uma infraestrutura como calçadas e vias já seria induzir a ocupação de tais áreas dessa forma, quando, na verdade, a definição dos perfis de cada praia deve considerar as inúmeras especificidades de cada localidade e deve ser obrigatoriamente compatível com o planejamento urbano da área.</p> <p>Assim, a indicação da primeira intervenção de infraestrutura (calçada, via, estrada..) é muito simplista para abranger as inúmeras especificidades relacionadas aos perfis de orlas existentes, o que implicará, possivelmente, em grandes indefinições, bem como em planejamentos incompatíveis com a necessária preservação ambiental da orla.</p> <p>2.2. APD (gestão efetiva) e API (recomendações)</p> <p>A dissociação dessas áreas com a justificativa de garantir a gestão efetiva apenas da APD representa um relevante retrocesso para a atividade de planejamento urbano da orla. Os exemplos de diretrizes genéricas (educação, segurança pública etc.) referem-se muito mais à capacitação e direcionamento dos atores envolvidos no processo do que à delimitação da área objeto de planejamento. Acredito que seria muito mais importante definir o conteúdo de um PGI, do que, antecipadamente, e de forma geral e simplista (e possivelmente com divergências de entendimento quanto à delimitação), dividir a gestão da orla em uma área com "gestão efetiva" e outra "sem necessariamente se configurarem como ações".</p> <p>A forma de urbanização existente, o processo de ocupação, os acessos existentes, a legislação urbanística, dentre outras variáveis das áreas a serem classificadas como API interferem diretamente no uso da APD e não há como planejá-las de forma isolada. Portanto, caberia esclarecer melhor quais seriam as ações específicas da gestão da orla desejadas em um PGI.</p> <p>Por fim, destaco a necessidade de que as propostas apresentadas na oficina tenham o embasamento técnico necessário na área de urbanismo, já que trata-se de uma atividade de planejamento urbano.</p>
11/10/2020 11:19:39	José Ariosvaldo dos Anjos Aguiar	Instrutor			Que seja feito uma recomendação aos gestores locais para que o instrutor possa ficar durante um período dando uma assessoramento ao comitê gestor, no processo de estruturação e organização para desenvolvimento de suas atividades de implementação das ações do projeto orla. Essa assessoria certamente irá auxiliar o comitê gestor na criação de rotinas, protocolos e mecanismos possibilitando uma melhor dinâmica e mais agilidade no desenvolvimento e acompanhamento das ações previstas

ANEXO I

*Ofício de convite feito pela Coordenação de Gestão de Bens de Uso da
Administração Pública (Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio
da União, Ministério da Economia)*



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
Departamento de Destinação Patrimonial
Núcleo de Gestão de Praias

OFÍCIO SEI Nº 221047/2020/ME

Brasília, 09 de setembro de 2020.

À Senhora

Profa. Dra. Marinez E. G. Scherer

Laboratório de Gestão Costeira Integrada (LAGECI)

Universidade Federal de Santa Catarina

CFM - Coordenadoria Especial de Oceanografia

Campus Universitário - Trindade, Florianópolis/SC - Brasil

CEP 88040-970

marinezscherer@gmail.com

Assunto: Oficinas de Trabalho para a revisão dos manuais do Projeto Orla.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 10154.168745/2020-27.

Prezada Professora Marinez,

1. Faço referência ao Termo de Execução Descentralizada (TED nº 001/2018 - 04905.002445/2018-29) firmado entre a SPU e essa Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Uma das metas previstas nessa parceria é a revisão dos Manuais do Projeto Orla. Assim, visando subsidiar essa UFSC nos convites à diversas instituições participantes, o presente documento apresenta um histórico do Projeto Orla e a justificativa da realização das Oficinas de Trabalho.

2. O **Projeto Orla** existe há quase três décadas e se fundamenta em uma metodologia de planejamento integrado e participativo com vistas à compatibilização das políticas ambiental e patrimonial para o planejamento integrado da orla – espaço definido na Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, e compreende uma faixa marítima e outra terrestre.

3. Considerando a complexidade de fatores e agentes envolvidos na problemática da zona costeira, a metodologia do Projeto Orla começou a ser desenvolvida em 1996 e implementada de forma piloto em 2001. Em 2004, já haviam sido elaborados Planos de Gestão Integrada em 55 municípios de 14 estados (disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/941-projeto-orla.html>>, acesso em

08/09/2020). A experiência acumulada fundamentou a regularização do PNGC no Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004), e os Manuais do Projeto Orla (Guia de Implementação, Implementação em Territórios com Urbanização Consolidada, Fundamentos para a Gestão Integrada, Manual de Gestão, Subsídios para um Projeto de Gestão), ou seja, cinco publicações elaboradas por equipes multidisciplinares no âmbito do Ministério do Meio Ambiente - MMA e da então Secretaria do Patrimônio da União - SPU (disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias>>, acesso em 04/09/2020). Assim, nos Arts. 30 e 32 do Decreto nº 5.300/2004, a elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla - PGI torna-se uma das obrigações do município e deve se dar em conformidade com roteiro desenvolvido pela Coordenação Nacional.

4. Nos Manuais foram estabelecidos o arranjo institucional do Projeto, estruturado em Coordenações Nacional, Estadual e Municipal, com respectivos colegiados de apoio; o fluxo procedimental; e, o aparato conceitual que visam dar suporte à elaboração de Planos de Gestão Integrada – PGIs da Orla Municipal.

5. Atualmente, em instância Nacional, o Projeto Orla está sendo conduzido efetivamente pelo Ministério da Economia, por meio da sua Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU. A experiência acumulada ao longo desses anos permitiu vislumbrar a necessidade de reestruturação do Projeto Orla, com vistas, entre outros aspectos, à institucionalização de uma nova Coordenação Nacional, com a participação do MMA, Ministério do Turismo - MTur e Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. Trabalha-se atualmente em uma minuta de Acordo de Cooperação Técnica que visa à publicação de ato (decreto, ou portaria interministerial) para formalizar a composição dessa Coordenação.

6. Em 2015 houve autorização legislativa para transferência da gestão das praias marítimas urbanas para os municípios pela União (art. 14 da Lei 13.240, de 30 de dezembro 2015), conferindo-lhes o direito sobre a totalidade das receitas auferidas com as utilizações autorizadas. A partir de então, foi realizado um trabalho pela SPU para recolher contribuições em audiências públicas e consulta pública na internet para construção dos termos dessa transferência com a participação efetiva da Advocacia Geral da União – AGU e do Ministério Público Federal – MPF. Em 2017, foi formalizado o Termo de Adesão à Gestão de Praias - TAGP (Portaria SPU nº 113, de 12 de julho de 2017), que estabelece obrigações e contrapartidas ao município e à SPU. E, com a Portaria SPU nº 44, de 31 de maio de 2019, a transferência foi ampliada para as praias não urbanizadas.

7. Entre os compromissos assumidos pelo município, está a elaboração ou revisão do Plano de Gestão Integrada da Orla em até três anos, a partir da publicação da Adesão no Diário Oficial da União. Portanto, o PGI passou a ter prazo para ser cumprido, o que não constava na legislação anterior. Apesar de o Decreto nº 5.300 prever a elaboração e implantação do PGI como obrigação do município, não foi estipulado prazo para cumprimento. Dessa forma, na prática, os municípios aderiam, ou não, ao Projeto Orla e, quando o faziam, nem sempre davam continuidade às ações previstas no PGI. Isto porque não havia sanção caso não ocorresse sua elaboração ou implementação. Na medida em que a transferência da gestão das praias apresenta vantagens financeiras ao município e prevê como obrigação a elaboração ou revisão do PGI em até três anos, pode-se dizer que o TAGP representa uma mudança de paradigma para a gestão de praias e para o Projeto Orla.

8. Nesse novo cenário do Projeto Orla, foi firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED nº 001/2018 - 04905.002445/2018-29) entre a SPU, e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Fazem parte do projeto, ainda, por meio de convênio com a UFSC, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O TED tem como objetivo o desenvolvimento de produtos para qualificar e avaliar o processo de transferência da gestão das praias marítimas aos Municípios costeiros que aderiram ao Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas (TAGP). Assim, entre as suas metas, está em andamento a Meta 2 do TED que prevê a realização da análise para revisão dos cinco manuais do Projeto Orla à luz do TAGP e das novas normas.

9. A última publicação do Manual do Projeto Orla foi em 2006, assim, já se passaram mais de dezesseis anos, e num novo contexto jurídico e tecnológico, a revisão desse roteiro metodológico se

torna fundamental. A participação das diversas instituições é salutar para reestruturar tanto o arranjo institucional do Projeto, como o fluxo procedimental e o aparato conceitual para dar suporte à elaboração de PGIs no contexto do TAGP.

10. De maneira a ampliar a participação nesse processo de aprimoramento dos Manuais do Projeto Orla, que se constituem de base teórica, legal e operacional para implementação do Projeto Orla no município, a UFSC em parceria com a SPU, por meio do TED realizará Oficinas de Trabalho para apresentação e discussão das propostas.

11. A realização dessas oficinas tem por finalidade reunir as contribuições técnicas e informações necessárias a uma proposta metodológica para fundamentar a elaboração do Plano de Gestão Integrado da Orla e sua implementação. Assim, é imprescindível que os participantes façam uma acurada leitura dos cinco Manuais do Projeto, que somada à experiência adquirida com a participação em Oficinas do Projeto Orla, permitirão sua contribuição na revisão dos Manuais do Projeto Orla. Estas Oficinas de Trabalho são dirigidas a indivíduos e organizações que possuem relação com o Projeto Orla, entre servidores, pesquisadores, profissionais da área, organizações governamentais e não governamentais e instituições de pesquisa.

12. Conforme acordado, as Oficinas de Trabalho serão conduzidas pela UFSC, no formato online, por meio de videoconferências na plataforma Zoom, em horário e data a serem informadas.

13. Contamos com a participação de todos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ANDRÉ LUÍS PEREIRA NUNES

Coordenador-Geral de Gestão de Bens de Uso da Administração Pública



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Pereira Nunes, Arquiteto(a)**, em 09/09/2020, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10361464** e o código CRC **41BC71DA**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco K
CEP 70040-906 - Brasília/DF

- e-mail nugep-spu@planejamento.gov.br - www.economia.gov.br -

